

GRUPO DE  
DOCUMENTAÇÃO ECDOS  
CÓPIA EXTRAÍDA  
DE MICROFILME

**LAUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE A COMUNIDADE GUARANI  
- ÑANDEVA DO OCOY/JACUTINGA - PR**

Pesquisa: Rubem T. de Almeida  
Associação Brasileira de Antropologia - ABA

Assistente de Pesquisa: João Marçal Bode de Moraes

10682 29601

## ÍNDICE

### Apresentação

### Introdução

- 1 - Os Guarani
- 2 - História e Pré-História
  - 2.1 - Origens
  - 2.2 - A província do Guairá e os Nandeva
  - 2.3 - O mato e a "descoberta" dos Guarani
- 3 - Organização Social e Espacial Guarani
- 4 - Território Nandeva
  - 4.1 - Divisão subgrupal
- 5 - Nome
- 6 - No Paraná
- 7 - O Tekoha Guasu de Jacutinga: surgimento
  - 7.1 - As famílias que existiam no Jacutinga
  - 7.2 - Nova dispersão
- 8 - "Critérios de indianidade"
- 9 - Fatos Jurídicos
- 10 - Antecedentes do Oco'y atual
- 11 - O Oco'y hoje
  - 11.1 - O caso de Fernando Cambai
  - 11.2 - Conflitos e densidade demográfica: decisão da comunidade
- 12 - Os Mbya no Oco'y
- 13 - Paraná Porã: "reocupação" ou "invasão"?
- 14 - O trabalho de campo
  - 14.1 - Recuo
  - 14.2 - Impressões
- 15 - Funai, Itaipu e os Guarani-Nandeva do Jacutinga/Oco'y
- 16 - Reivindicações dos índios
  - 16.1 - Propostas de áreas
- 17 - Conclusões e Recomendações

ORDEM DE  
DOCUMENTAÇÃO PEDIDA  
CÓPIA EXTRAÍDA  
DE MICROFILME

## Apresentação

Com a finalidade de "elaborar um diagnóstico da situação dos índios Avá-Guarani do Ocoí e apresentar propostas para solução de problemas encontrados", a Itaipu Binacional e a Fundação Nacional do Índio, Funai, estabeleceram um Protocolo de Intenções (Processo Funai/BSB No. 0178/94) do qual resultou o "Relatório do Grupo de Trabalho Funai - Itaipu Binacional" (Foz do Iguaçu, 20.07.1994).

Para apresentar e discutir o documento a Itaipu promoveu um encontro de entidades onde compareceram, afora a Funai, instituições do governo do estado do Paraná, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Paraná, Associação Brasileira de Antropologia e Conselho Indigenista Missionário Regional Sul. Em outubro de 1994 reuniram-se em Foz do Iguaçu. *→ m*

Sem subtrair a importância de outros benefícios à comunidade indígena apontados no Relatório, a conclusão do encontro foi de que **nenhuma iniciativa excetuando-se as emergenciais deveria preceder à da solução do problema fundiário** reivindicação antiga dos Guarani de Oco'y, duramente afetados pela construção da represa. O investimento de tempo, recursos humanos e financeiros deveria recair prioritariamente sobre a questão fundiária.

Com esse propósito o grupo sugeriu a realização de um laudo antropológico que pudesse auxiliar e orientar decisões sobre as terras desses Guarani e sanar dúvidas e questões sobre eles que, apesar de infundadas, se cristalizaram nos últimos 20 anos impedindo a solução do problema.

Em abril de 1995, ~~por~~ iniciativa da Diretoria de Coordenação e da Superintendência de Meio Ambiente da Itaipu Binacional no Brasil, foram retomados os procedimentos e agendado programa com o objetivo de realizar estudos para elaboração do laudo que aqui se apresenta. Este documento constitui, como planejado com índios, Funai e Itaipu, a primeira de três etapas que deverão culminar com a definição de uma área compatível à sobrevivência da comunidade Guarani de Oco'y. A segunda etapa será encontrar uma área para assentamento do grupo e, por último, a legalização dessas terras.

## Introdução

Os resultados aqui apresentados decorrem de levantamento bibliográfico e junto à comunidade de Oco'y. Seu propósito foi o de reconstruir, ainda que parcialmente, a história e a situação atual dos Guarani, em especial os Guarani-Ñandeva e, mais especificamente, dos Guarani da comunidade de Oco'y <sup>(1)</sup>.

O trabalho concentrou-se sobre os documentos do acervo da Itaipu (F. do Iguaçu), do Museu do Índio (RJ) e Biblioteca Nacional (RJ), abarcando os Guarani no Paraná, e a literatura etnológica Guarani e Guarani-Ñandeva.

O relatório pretende precisar a localização geográfica dos Guarani e contextualizar suas noções de terra (yvy), mato (ka'aguy), comunidade (tekoha), território (tekoha guasu), família extensa (te'yi). São noções que ajudam a compreender a organização social destes indígenas e ilustram a concepção de espaço. Ambos, ao serem considerados, contribuem para entender o problema e a necessidade de se encontrar terras para que estes índios possam realizar-se como comunidade Ñandeva dentro da sociedade Guarani.

Contém também avaliações sobre as relações históricas e atuais entre os subgrupos Guarani-Mbya e Guarani-Ñandeva – as migrações dos Mbya e dos Ñandeva serão foco de análise –, e rápidas digressões sobre as relações da comunidade com representantes e instituições da sociedade nacional com destaque à Funai, INCRA e Itaipu. Trabalha também com a "idéia do branco" de "integrar", "assimilar", "cristianizar" ou "civilizar" índios, partindo do pressuposto, que este é o seu desejo, e como essa idéia, efetivada, tem ocasionado problemas que podem durar décadas como no caso do tekoha de Jacutinga, atual Oco'y.

O procedimento para discutir com os índios e conhecer a situação do Oco'y consistiu na permanência em campo durante seis dias. Através desse diálogo com os Guarani procurou-se uma aproximação ao código que orienta suas decisões. Esse

<sup>1</sup> O trabalho é de grande interesse por auspiciar, como manifestado em conversas com o Diretor de Coordenação e com Superintendente de Meio Ambiente da Itaipu Binacional, possibilidades de que esses Guarani tenham, por fim, solucionado o problema de suas terras. Cabe ressaltar que o trabalho não se esgotou e apresenta algumas lacunas dado o pouco tempo da pesquisa. O que se apresenta, contudo, permite extrair conclusões e decidir sobre a questão fundiária, pois aponta caminhos para uma melhor compreensão dos Guarani-Ñandeva dessa comunidade.

conhecimento permitirá encaminhar soluções em concordância e anuência com os indígenas, dividindo com eles a responsabilidade sobre as decisões, o que tende a minimizar as possibilidades de reivindicações futuras, dando fim ao problema.

O estudo conclui pela necessidade de se encontrar terras que atendam os anseios dos Nandeva de Oco'y.

## 1 - Os Guaraní

Três aspectos da cultura Guaraní expressam, como sugere Susnik (1979-80), uma identidade étnica indelével, que dá especificidade e conforma um "modo de ser" próprio: a) o *ava ñe'e*<sup>(2)</sup>, isto é, fala, linguagem, palavra, que define identidade na comunicação verbal; b) o *tamóí* (avô), isto é, ancestrais míticos comuns; c) o *ava teko*<sup>(3)</sup>, comportamento em sociedade, calcado em arsenal mítico e ideológico, informa o Homem Guaraní como entender o mundo que o cerca, fornecendo pautas para normas e condutas sociais (Cf. Susnik, 1979-80: 12).

Este feixe triplo da identidade Guaraní é observável em toda e qualquer de suas comunidades na Bolívia, no Paraguai, na Argentina ou no Brasil onde são encontrados. Pautados por esses fatores, em todas as situações verifica-se uma forma específica Guaraní de entender sua realidade e frente a isso agir segundo as circunstâncias, conjunturas, e situações em sua história e sua atualidade (Cf. Almeida, 1991)

A rigor é possível falar em mais de uma cultura Guaraní. Egon Schaden considera que:

"estudar a cultura Guaraní como unidade talvez pareça ousado ... pois também se poderia falar de três, quatro ou mais culturas Guaraní" (Schaden, 1974:13).

Com efeito, os Guaraní apresentam não só diferenciações subgrupais como também divisões em cada subgrupo. Isso corresponde a comportamentos específicos a cada situação local e, portanto, a uma extraordinária variabilidade de comunidade para comunidade. A cada situação local, isto é, a cada comunidade, corresponderá características próprias no seu sistema organizativo, configurando uma unidade social, política e religiosa à qual cada família que a ocupa apresentará consonância com essa organização, garantindo a sobrevivência do grupo. O conhecimento dessa sociedade constitui, assim, uma interessante tarefa na medida em que sua complexidade desafia a

<sup>2</sup> AVA - homem, pessoa, NE'E, palavra, linguagem (Cf. Montoya, 1876)

<sup>3</sup> Teko "ser, estado de vida, condición, estar, costumbre, ley, hábito. Chereko, mi ser, mi vida" (Montoya, 1876)

descrição etnográfica de qualquer de seus aspectos (Cf. Schaden, 1974; Meliá, 1987).

É importante lembrar, contudo, que essas peculiaridades não eliminam sentimentos de unidade étnica. Apesar de variações sócio-culturais entre si, os subgrupos Guarani guardam consistente identidade, enfeixada nos três aspectos já referidos, frente a outros grupos, calcados em fatores que vão além das particularidades de cada subgrupo e dão especificidade à etnia.

Difícil saber com exatidão quantos seriam os Guarani hoje. Pode-se falar em número aproximado de 120/130.000 mil se se considera também os 70/80.000 mil Guarani-Chiriguano, subgrupo que ocupa principalmente terras bolivianas. No Brasil, pode-se falar em cifra aproximada de 30.000 indivíduos Guarani que formam, se não a primeira, a segunda etnia no país.

De todos modos serão sempre cifras aproximadas. Há, como característica cultural, uma movimentação constante das famílias Guarani, em visitas a parentes de outras áreas e regiões, o que dificulta qualquer censo demográfico – isso, como será visto, não deve ser confundido com migração ou nomadismo.

No Brasil os Guarani são representados pelos subgrupos Guarani Paí-Tavyterã ou Kalowa, Guarani-Mbya e Guarani-Nandeva<sup>(4)</sup>.

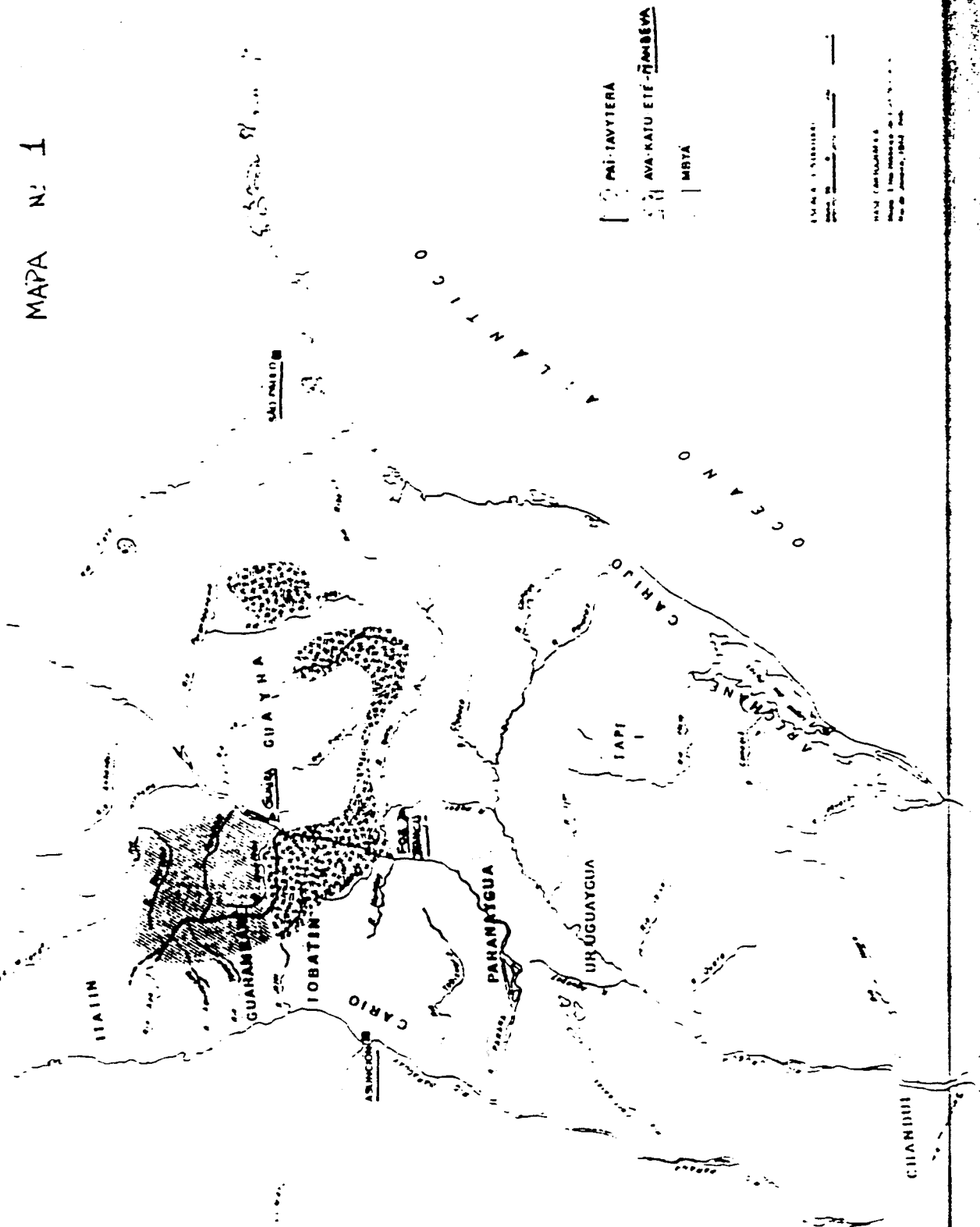
Os Kalowa habitam o sul do estado do Mato Grosso do Sul e área contígua além da fronteira com o Paraguai. As comunidades Mbya espalham-se por território mais amplo que atinge os estados brasileiros do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; estão ainda nas províncias de Misiones e Entre Rios, no norte da Argentina, e em vários departamentos da região oriental do Paraguai.

Os Guarani-Nandeva é o subgrupo que interessa aqui. Estão no Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo e nos departamentos de Alto Paraná, Caaguazu, San Pedro, Concepción e Canindeyú, no Paraguai oriental. Seu território fica ao sul do território Paí/Kalowa e ao norte e a leste dos Mbya (Mapa 1).

Antes de entrar na especificidade dos Guarani-Nandeva, razão de ser desse documento, cabe rápida panorâmica sobre a história – e a pré-história – dos Guarani.

<sup>4</sup> Não estão sendo considerados aqui grupos Chiriguano nem Izozeño, Guarani que se encontram na Bolívia. Também não se considera aqui os Guayaki, também Guarani, do Paraguai.

MAPA N: 1



MAI-IAVYTEPA

AVA·KATU·ETÉ·Ī·AMDEVA

**МБЯ**

1000

10-10-68 (AM) 10-10-68



## 2 - História e pré-história

A história e a pré história<sup>(5)</sup> Guarani são marcadas por constantes movimentos migratórios. Há dados arqueológicos de que já nos anos 1.000/1.200 a.C., expandindo-se ao sul a partir de regiões hoje localizadas no oeste brasileiro (cabeceira dos rios Araguaia, Xingu, Arinos, Paraguai), representantes da cultura Guarani ocupavam extensos territórios compreendidos pelos atuais sul do Brasil, norte da Argentina e a Região Oriental do Paraguai (Cf. Smith, 1978; Susnik, 1975, 1979-80).

Em épocas pré-colombianas, razões de ordem econômico-ambientais, demográficas e o relacionamento inter étnico com outros grupos autóctones, interferiram diretamente nas decisões sobre os *oguatá*<sup>(6)</sup> migratórios dos povos Guarani. Quando não havia

"fatores perturbadores como superpopulação com a conseqüente diminuição de áreas de roça, calamidades naturais que incitavam ao novo *oguatá* ("caminhar", "andar") ou a pressão agressiva do gentio vizinho, reafirmava-se a estabilidade do *guara*" (Susnik, 1979: p.16),

isto é, configurava-se a apropriação de uma determinada região onde se incorporavam os grupos macro familiares ligados entre si.

Ao lado desses fatores, concretos e objetivos, a provocar migrações e traslados, aspectos subjetivos, do âmbito da cosmogonia e da lógica religiosa, também interferiam na decisão das andanças Guarani (v. Susnik, 1975; Nimuendaju, 1978).

Como pano de fundo desses movimentos está a idéia de uma "terra sem mal" ou *yvy marã'ê'y*. Trata-se de lugar mítico onde "as plantas nascem por si próprias, corre o mel em abundância e todos os que a alcançam usufruem a felicidade" (Metrax, 1979: p. 177); um "paraíso", uma "morada celestial" onde se pode viver em permanente plenitude. No contexto colonial, a procura dessa "terra sem mal" faz surgir a figura do *karai*, sacerdote ou xamã, responsável pela condução de sua gente na busca desse lugar

<sup>5</sup> Considera-se aqui populações "proto Guarani", isto é, aquelas que deram origem, após intensos movimentos migratórios ocorridos em épocas pré-colombianas, aos Guarani da época da conquista, da colonização e dos dias de hoje. (cf. Susnik, 1975.)

<sup>6</sup> Literalmente, o termo significa "caminhar" e adquire diferentes conotações, como ir visitar um parente na mesma área ou em outra comunidade; ou pode remeter à história Guarani referindo-se a suas migrações. Essa mobilidade Guarani tem gerado interpretações errôneas quando, por elas, são considerados nômades

sagrado, longe do colonizador e ambientalmente apropriado.

Nimuendaju descreve esse movimento, referindo-se aos translados dos Guarani-Ñandeva Apapukuva do final do século XIX, a última migração desse sub grupo

(77). Oriundos das

"proximidades do Rio Igatemi e conduzidos por um karai ["vocábulo com que honraram seus feiticeiros", Montoya, 1876], dirigiam-se rumo leste em busca de uma 'terra sem mal'... Alguns pajes, inspirados por visões e sonhos, se constituíram em profetas da próxima destruição da terra; juntaram prosélitos em maior ou menor número; marcharam, entre cantos e danças religiosas, procurando a 'terra sem mal'; uns afirmavam, segundo a tradição, que esta deveria ficar no centro da terra, porém a maioria a situava rumo à nascente, para além do mar. Só assim pensavam escapar da perdição iminente" (Nimuendaju: 1978, 31).

Outros autores, no entanto, consideram que a procura Guarani por terras na atualidade volta-se, talvez prioritariamente, para áreas efetivamente "terrestres", reais, concretas e economicamente produtivas:

"a procura de uma terra 'sem estragos' chegou a identificar-se provavelmente com uma procura de terra 'sem mal', quando economia e mito se desdobram em dois momentos separados, mas se confundem em um só movimento. É o tema *yvy marã'ê'y* tão significativamente polissêmico na etnohistória Guarani" (Meliá: 1981, pp. 11).

## 2.1 - Origens

A cultura Guarani, assim como é conhecida hoje, tem suas origens

"nos matos tropicais que recobrem as bacias do Alto Paraná e do Alto Uruguay e a borda do planalto meridional brasileiro" (Schmitz: 1979,57).

Nessa região, pesquisas arqueológicas identificaram antigos aldeamentos e revelaram que a cultura Guarani já se encontrava estruturada no século V (anos 400 d.C), com mesmas características que as conhecidas no século XVI e na atualidade, já nitidamente diferenciada do tupi, o que leva à consideração de que é de pelo menos um milênio sua gestação (cf. Schmitz, 1979).

<sup>77</sup> Os grupos Ñandeva, assim, não realizam mais movimentos migratórios e estão assentados no território já especificado. Os últimos Ñandeva migrantes partiram, no final do século passado, do Paraguai e Mato Grosso do Sul e foram ocupar áreas como Petruibe, Igará, Aramba, Pinhalzinho e outras nos estados de São Paulo e Paraná.

Por sua localização o Guaraní será um dos primeiros povos autóctones contatados pelo europeu conquistador em 1500. Ocupavam extensas floresta, nucleados em aglomerações entre os rios Paraguai, Miranda, Paraná, Tietê, Uruguai, Jacui e alguns assentamentos no litoral Atlântico (Cf. Susnik 1979/80). Cabeza de Vaca registra, em 1542, sua passagem pelos Rios Iguaçu, Paraná, Tibagi, Piquiri e refere-se exaustivamente aos "guaraníes" da região:

"a los 14 días del mes de enero [1542], yendo caminando por entre lugares de indios de la generación de los guaraníes, todos los cuales los rescibieron (sic) con mucho placer, y los venían a ver y traer maíz, gallinas y miel y de los otros mantenimientos... y les trujeron (sic) muchos bastimentos porque los tienen" (Cabeza de Vaca, 1971: 114-115).

Nos três séculos seguintes, a história Guaraní será marcada por uma forte presença missionária jesuítica e pelo assédio de "encomenderos" espanhóis e bandeirantes portugueses.

Para missionários, os índios constituíam objeto de catequese, almas a serem salvas para Cristo; para "encomenderos" vindos de Assunção, e bandeirantes, vindos de São Paulo, os índios – em especial os Guaraní – representavam mão de obra para o trabalho escravo, única riqueza encontrada entre Asunción e São Paulo.

Frente à alternativa da escravidão parte dos Guaraní coloniais – que totalizavam milhares de indivíduos – estabeleceram formas de alianças com os religiosos, deixando-se "reduzir" nos "aldeamentos" ou missões instaladas e administradas por padres da Companhia de Jesus em seus territórios. Circunstâncias específicas, assim, definiram situações favoráveis à criação, pelos padres, das "reduções jesuíticas" que perdurariam por 160 anos. De 1608 a 1768 – quando foi expulsa do Brasil – a Cia de Jesus implantou dezenas de reduções nas "provincias" do Guairá (Paraguai, São Paulo e parte do Paraná atuais), Paraná (Paraná, Santa Catarina), Itatim (Mato Grosso do Sul, Paraguai) e Tapes (parte de SC, RS, Paraguai, norte da Argentina)<sup>(8)</sup>

<sup>8</sup> Os sub grupos Guaraní contemporâneos descendem dos povos que se localizavam nessas provincias. Assim, os pai tavyterã ou kalewa de hoje representam parcela dos antigos Guaraní do Itatim que migraram para o sul do Rio Mbotetey, hoje Rio Miranda; da mesma forma os chiriguanoa que se dirigiram ao norte, instalando-se na Bolívia, os Nandeva têm suas origens naqueles grupos oriundos das provincias do Paraná e Guairá. Do Tapes se originam os Mbya (V. Melia: 1976; Almeida: 1991)

## 2.2 - A "Província do Guairá" e os Nandeva

Para efeitos deste informe, importa a Província do Guairá, de onde teriam se originado os atuais Guaraní-Nandeva.

No contexto colonial a "Província del Guairá" teve importante função estratégica, constituindo-se em foco de disputas entre colonos portugueses, colonos espanhóis e jesuitas. Compreendia "os rios Paranapanema, Paraná, Iguaçu e a indeterminada linha demarcatória que dividia as terras portuguesas e espanholas, impostas pelo Tratado de Tordesilhas, correspondendo, em área, aproximadamente, 85% do atual território ocupado pelo Estado do Paraná" (Blasi, 1977: 150). Antes e depois do europeu, eram terras ocupadas por populações Guaraní (cf. Blasi, 1977: 153; v. também Cardoso, 1969 e MCA)

Para espanhóis constituía importante via de acesso entre Asunción e Europa, propícia ao estabelecimento de defesas contra o avanço dos paulistas e para estreitamento das relações com o Brasil. Nas proximidades do rio Piquiri os espanhóis esperavam explorar minas de ferro ali existente.

Com o propósito de assegurar a ocupação da região,

"o próprio Irala [governador do Paraguai] fazia uma excursão subindo o Rio Paraná, ultrapassando o Grande Salto de Iguaçu. Ai firmou uma aliança com os caciques Guaraní locais, repartindo-os depois em 'encomiendas' de índios" (Gadelha, 1981: 82).

São criadas as vilas de Ontiveros (1554) e Ciudad Real, pouco acima da primeira, na foz do Rio Piquiri. Em 1576 os espanhóis fundam a Vila Rica do Espírito Santo, na foz do Ivaí com o Corumbataí.

Os jesuitas acompanharam esse interesse pelo Guairá, e no início do século XVII implantam ali as reduções de San Ignacio e Nossa Senhora de Loreto, às margens do Paranapanema e do Tibagi. Ambas abrigavam perto de 10 000 Guaraní em 1614 (cf. Gadelha, 1981)

O projeto jesuíta de "reduzir" para catequizar impedia que os índios servissem de mão de obra escrava, o que carrou ferrenha oposição de "encomenderos" e bandeirantes. Índios e jesuitas tentaram, em vão, resistir aos atropelos de bandeirantes

que, entre 1628 e 1629, destruíram as vilas espanholas paraguaias e atacaram duramente as povoações Guarani que se havia formado nas bacias do Paranapanema, Tibagi, Ivaí, Piquiri, Corumbataí e Iguaçu sob a orientação dos religiosos.

A presença bandeirante provocou, desta forma, um rearranjo na ocupação espacial da época, obrigando índios e padres a traslados forçados e em fuga para lugares distanciados do avanço paulista.

### 2.3 - O mato e a "descoberta" dos Guarani

O Tratado de Madrid (1750) entre Portugal e Espanha, operou significativas mudanças nas relações entre as duas metrópoles e, conseqüentemente, na América colonizada. Modificou fronteiras e deu condições políticas para a expulsão de jesuítas, acarretando intensa mobilização dos Guarani estruturados nas "reduções" e o redimensionamento da realidade daqueles que não haviam sido "reduzidos".

Dadas essas variações do quadro político colonial, parte dos Guarani "reduzidos" irá compor o que posteriormente se constituiria na sociedade nacional paraguaia. Outra parte, com o fim das "reduções", reincorporou-se aos parentes Guarani que não haviam sido "cristianizados". "Estes", diria um viajante do século XIX, "perderam inteiramente os costumes de origem jesuíta, regredindo à barbárie" (Saint-Hilaire, 1974, 127)<sup>9</sup>.

Serão os descendentes destes Guarani que encontraremos na atualidade. Mantiveram-se nas matas que recobriam seu território, e nelas se embrenharam, nos dois últimos séculos, procurando distanciar-se das frentes de colonização que progressivamente tornaram-se mais constante, maiores e sempre ameaçadoras. No século XVIII essa característica levará o colonizador a designá-los pelo nome genérico de ka'aguaygua ou "monteses", isto é, "aqueles que pertencem às florestas" (v. Fonseca: 1934; Bartolome, 1977; Almeida: 1991).

Até o final do século XIX pode-se dizer que variações apenas incipientes tenham afetado a região aqui em pauta. A partir de então, o território dos Guarani será

<sup>9</sup> É curioso notar como o viajante contribui, com seu discurso carregado de preconceitos, para constatar não só a existência e presença Guarani na região a qual se refere como, além disso, confirma que eles se tornam ainda mais Guarani ao "voltar a barbárie" de antes do contato com o colonizador.

palco de intensa movimentação econômica em torno da erva mate, realizada por duas grandes empresas associadas que detinham o monopólio da exploração desse produto no Paraná, Mato Grosso do Sul e região fronteiriça no Paraguai<sup>(10)</sup>.

A partir da decadência da erva-mate como fator econômico de peso, o território dos Guarani passa a ser alvo de desapropriação sistemática por colonos brancos, nacionais e estrangeiros, processo que ainda não terminou. Os índios que iam sendo encontrados nesse processo de ocupação eram "aldeados" nas áreas a eles destinadas pelo Serviço de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais (SPI) fundado em 1910 e, a partir de 1967, pela Fundação Nacional do Índio (Funai) na região. Não foi considerada, nesse processo, a possibilidade de que os índios tivessem organização social e espacial específicas.

A ordem do Estado brasileiro era "integrar os índios à sociedade nacional", orientação seguida à risca pelos organismos que implementaram sua política indigenista.

### 3 - Organização social e espacial Guarani

A organização espacial de uma sociedade reflete normas que correspondem ao sistema social por ela estruturado. Sua análise pode revelar as transformações sofridas em períodos determinados. A organização espacial Guarani atual não é ou o é apenas relativamente elemento definidor do "estilo de vida aprovado" (Geertz, 1978: 146) pela tradição dessa sociedade.

O contato dos Guarani com a sociedade ocidental tem obstruído uma **apropriação ideal do espaço**. Não impediu porém que se mantenham as aspirações Guarani a terra, apesar de exigir, deles, processos de readaptação e reapropriação espacial calcados no ideal de espaço social, cultural e historicamente dados por sua tradição. Estudos (cf. Almeida, 1991) têm revelado que as transformações ocorridas na ocupação espacial Guarani nas condições contemporâneas de contato, não corresponderam a um comprometimento das estruturas sociais e seus sistemas organizativos.

A cultura Guarani, por outro lado – e esse dado é importante – não se realiza,

<sup>(10)</sup> Trata-se da Companhia Mate Laranjeira, que atuava no Brasil, e La Industrial Paraguaya, no país vizinho.

contrariando muitas idéias preconcebidas do senso comum, por traços estigmatizados como plumagem, pintura corporal, corte de cabelo, brincos, colares, aldeias dispostas em círculos ou outras características, próprias, sim, de algumas sociedades indígenas contemporâneas, mas que não correspondem aos Guarani.

Aspectos de ordem material assumem importância secundária. Os parâmetros para situar-se no mundo orientam-se primordialmente por referenciais do "espírito", do mítico ou sobrenatural, do cosmológico ou religioso. Estudos (Meliá et alii, 1976; Grünberg, 1975 ; Almeida, 1991) das estruturas e das formas de vida social Guarani têm demonstrado sua extrema flexibilidade, o que permite adaptações às mais variadas condições, sem perder, mas reforçando, marcos de referências sociais e culturais próprios. Para bem compreender essa sociedade, é sumamente importante considerar esse aspecto pois, em grande medida, é o que os tem mantido social e culturalmente vivos.

Pesquisas arqueológicas, análises étno históricas das diferenciadas situações pré e pós contato vividas pelos Guarani, bem como pesquisas etnográficas atuais, apontam para uma uniformidade presente, no tempo e no espaço, entre os Guarani de séculos anteriores à conquista até os dias de hoje<sup>(11)</sup>.

O conjunto dos três elementos constitutivos da cultura Guarani mencionados acima, isto é, a palavra ou linguagem (ñe'e), os ancestrais mitológicos (tamöi) e o "modo de ser" ou comportamento social (teko), que a rigor engloba os dois primeiros, constituem uma espécie de fio condutor, ilustram e orientam o comportamento social e as articulações das estruturas do sistema organizativo Guarani frente às variadas situações sociais vividas, orientando as mudanças (v. Almeida, 1991). É, assim, esse aspecto ideológico, filosófico ou religioso-mitológico, o teko, que ilustrará noções importantes de serem entendidas para melhor compreendê-los.

A análise das formas pelas quais os Guarani se apropriam de seu espaço ilustra essa flexibilidade e essa unidade espacial e temporal Guarani.

Ao entrar por primeira vez numa "aldeia" Guarani a impressão inicial é de desorganização na ocupação do espaço disponível, como se as famílias tivessem se instalado ali sem nenhum critério. Fica a sensação de que se trata de um aglomerado de

<sup>(11)</sup> Há dezenas de títulos que corroboram essas análises. Como sugestão para maior conhecimento sobre a literatura Guarani especializada, ver Meliá et alii, 1987, e sua bibliografia etnológica Guarani comentada.

casas esparsas e dispostas a esmo numa determinada área.

Trata-se, contudo, de sensações impressionistas, que se desfazem com o aprofundamento do conhecimento e a constatação da existência de regras e normas de relacionamento de parentesco que fornecem os elementos para a definição das formas pelas quais o espaço do tekoha, "aldeia" ou "comunidade", é ocupado.

O termo "tekoha" será traduzido aqui como "comunidade". Semanticamente significa a junção do sufixo verbal *ha*, "que se encontra em nomes e verbos [e] significa instrumento com que se faz a coisa, modo, causa, tentativa, fim, tempo, lugar..." (Cf. Montoya: 1876). Anexado ao termo *teko* acima referido, gera a palavra *tekoha*, cujo significado pode ser traduzido como o "lugar onde se realizam as leis, os costumes, o modo de ser Guaraní" (v. Guasch: 1981; Meliá et alii, 1976).

Os limites territoriais de uma comunidade (*tekoha*) Guaraní<sup>12</sup> são claramente definidos pelas famílias que pertencem a ela através de referências geográficas rios, montanhas, matas.

A terra (*tekoha*) para os Guaraní é instituição divina, dada pelo Deus criador para a realização de sua cultura, para que nela possa realizar-se o "estado de vida" Guaraní.

"É um bem comum e o meio de produção principal, entregue aos homens pelo Deus criador para uso conforme as leis divinas. Por isso, como a água, os Guaraní recusam, em princípio, a compra de terras porque no pode ser privatizada. Só Deus a possui: o cultivo da terra e o cuidado destes cultivos é o mesmo que tratar com a criança" (Meliá, et alii 1976: p 203)

Nestes termos, o sentido de terra como fator de produção econômica preponderante, como o é para o homem ocidental, é relativizado frente a valores de outra ordem que não o "prático e objetivo" do capitalismo moderno. O *tekoha* se constitui de área restrita, com limites claramente definidos por acidentes geográficos e que dá a noção da vida Guaraní em comunidade. Deve ser uma área com boa água, terras para o cultivo de roçados, espaços para a construção de casas e criação de animais, e onde possam erguer suas *ogajekuetu*, casas de rezas onde praticam cerimônias e rituais religiosos. Um *tekoha* deve ter, antes de tudo, matas (*ka'aguy*) e todo o ecossistema nelas contido, como

<sup>12</sup> Cabe a ressalva aos grupos Mbya migrantes da atualidade, cuja concepção de *tekoha*, dado o próprio movimento de traslado, se diferencia dos Ka'owa, dos Nandeva e daqueles grupos Mbya que se mantêm em suas terras originais no Paraguai.



animais para caça, águas piscosas, matéria prima para casas e artefatos da cultura material, frutos, plantas medicinais. Isto tem se tornado muito difícil atualmente. A noção de "mato" (ka'agwy) mais do que de terra (yvy), parece ser que mais se aproxima e melhor traduz, o sentimento de espaço Guarani no âmbito da comunidade e seus laços familiares e sociais.

Tradicionalmente as comunidades Guarani são formadas por grupos familiares extensos que, dentro dela, ocupam uma determinada área que lhe pertencerá em caráter perpétuo.

Em épocas coloniais os Guarani habitavam casas grandes, as *ogajekutu* (casa fincada no chão), formadas de um só bloco e construídas com troncos e sapé, cujas paredes se confundiam com o teto. Cada "casa grande" era ocupada por um *te'yi* ou família extensa (casal, seus parentes de mesma geração, parentes ascendentes e descendentes) formada, por sua vez, por diversas famílias nucleares (casal e filhos).

As diversas famílias nucleares que se acomodavam nessas casas se individualizavam pelo fogo, bem como pela produção da subsistência de cada uma. À ampliação do número de familiares, por nascimento e casamentos, correspondia a ampliação da casa grande de modo a que todas permaneciam dentro dela. Os casamentos eram, como ocorre hoje em dia, regidos preferencialmente por regras de matrilocalidade, acarretando, na maioria dos casos, a absorção do novo casal pela família da mulher.

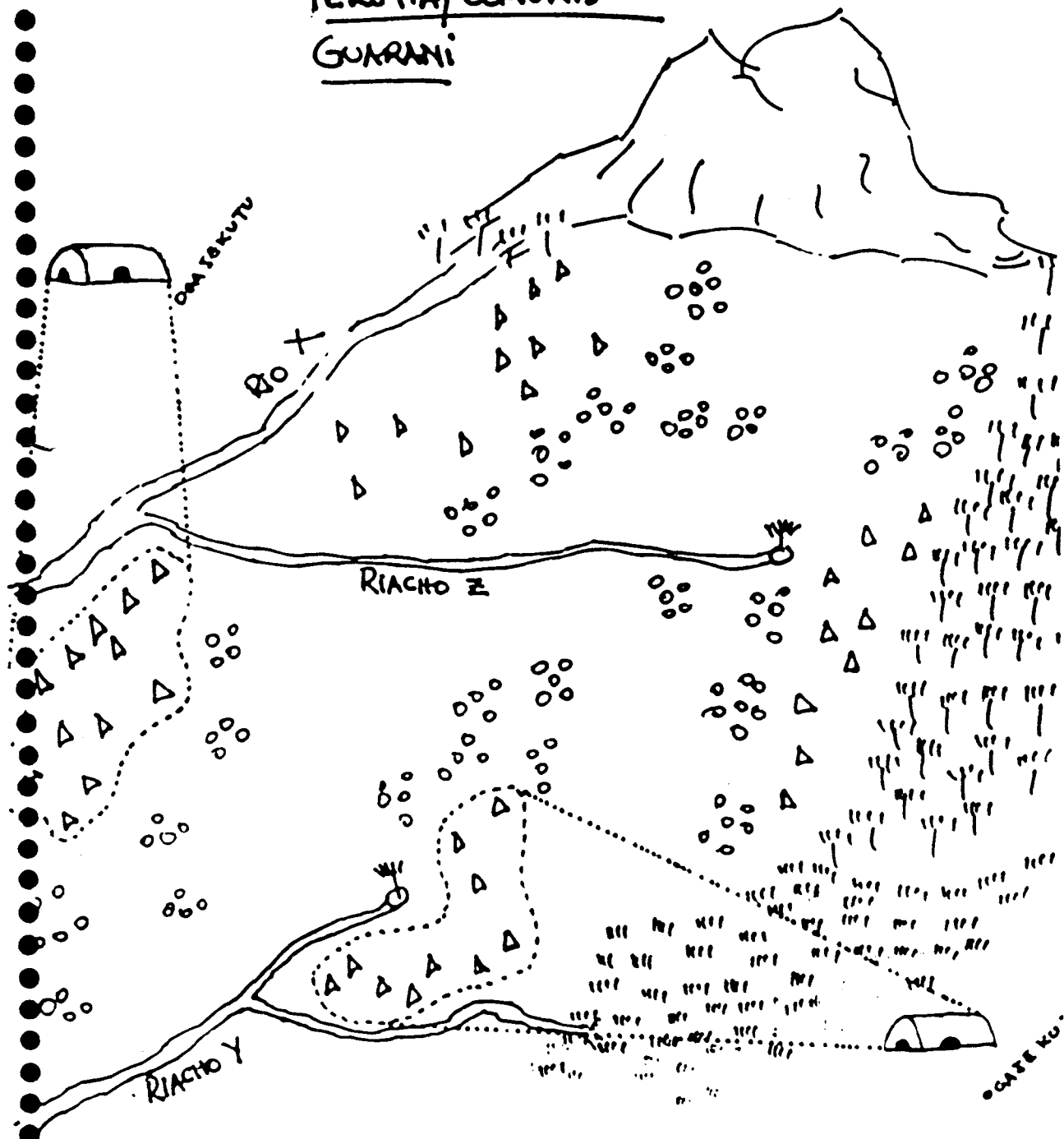
Quanto à organização política, o conjunto de "casas grandes" ou famílias extensas formadoras da comunidade, é dirigido por um "principal", chamado pelos brancos, no Paraná<sup>(13)</sup>, de cacique, que os índios denominam *mboruvixa*. Este cacique, se não for também um líder religioso (*ñanderu*), conduzirá sua política calcado nas orientações de um. Seu desempenho deverá, necessariamente, corresponder às expectativas dos grupos familiares do lugar, cabendo-lhe mais obrigações que direitos, estando sujeito a ser substituído se não atender aos anseios do grupo. Uma comunidade Guarani não se constitui ou nunca se constituiu, em unidade homogênea, permanentemente harmônica. São bastante conhecidos na literatura etnológica Guarani os permanentes movimentos políticos de suas comunidades.

A organização política da comunidade se torna mais complexa na medida em que a unidade de produção e consumo, seja social, econômica ou política, não se

<sup>13</sup> No Mato Grosso do Sul os líderes políticos Guarani ou de outras etnias é conhecido como "capitão". Não se utiliza ali a denominação "cacique".

CROQUI DE UM  
TEKO HA/COMUNIDADE  
GUARANI

10682 29761



- △ = CASAS NUCLEARES DISTRIBUIÇÃO ATUAL
- ▭ = CASAS GRANDES TRADICIONAIS: FAM. EXTENSA.
- = ÁREAS DE ROÇADOS
- |||| = CAMPO
- ||| = MATO
- ⊕ = FONTE DE ÁGUA

**Croqui: Tekoha ou Comunidade Guarani**

Acompanhando, numa escala progressiva, a ocupação do espaço partindo da família nuclear, temos:

- 1) Uma família nuclear estará ligada por laços de parentesco a outras famílias nucleares que, dados esses liames familiares, constituirão a família extensa ou te'yi. Cada família nuclear terá espaços para sua casa e seu roçado.
- 2) A família extensa corresponderá, por sua vez, dentro do tekoha, uma área onde os parentes instalarão suas casas nucleares. A área ocupada por essa família extensa a ela pertencerá, será de usufruto perpétuo e outras famílias não poderão ocupar espaços em sua área sem a autorização de seu líder o ingresso de novas pessoas à família extensa se dá por casamentos.
- 3) As famílias extensas tradicionalmente ocupavam as ogajekutu. Hoje em dia as famílias se dividem em casas nucleares, mas as estruturas sociais permanecem as mesmas em seus diferentes níveis relativos às formas de ocupação do espaço.
- 4) Três ou quatro famílias extensas compõem um tekoha. Este, por sua vez, junto com outros tekoha, ocuparão uma determinada região que será identificada como território ou tekoha guasu.

manifesta no âmbito da comunidade, mas sim dos grupos macro familiares. A comunidade como unidade surge apenas frente a determinados fenômenos capazes de aglutinar e mobilizar as famílias do lugar em um só bloco, como em cerimônias religiosas ou ameaças que possam comprometer a totalidade do grupo – como a ameaça de perda ou a conquista da terra por exemplo.

A organização econômica, apesar das compulsórias variações decorrentes do contato, mantém o princípio econômico da reciprocidade, distribuição e redistribuição dos bens produzidos, prática observável em qualquer grupo Guarani (v. Grünberg, 1975). Cada família nuclear, como base da economia Guarani, terá áreas para plantar e produzir, como indicado, sua subsistência. Eventualmente são realizados trabalhos coletivos de *paxirô* (mutirão), realizados para um chefe de família ou para o cacique.

Os *tekoha* (comunidade ou "aldeia") não excedem, se não há interferências de brancos (organismo de governo ou missionários) o número de 200 ou 300 pessoas, que constituem três ou quatro grupos familiares. Da mesma forma, não havendo a interferência do branco, a delimitação de um *tekoha*, como o tem demonstrado a experiência no trabalho com estes indígenas nos últimos 25 anos, não é menor que 800 ha. e não supera as 1800 ha em sua maioria.

#### 4 - Território Nandeva

Cabeza de Vaca, no século XVI, comentava que os Guarani ocupavam uma grande extensão de terras sem, contudo, formar um corpo político organizado em unidade ou poder político único e centralizado (cf. Cabeza de Vaca, 1971). Três séculos depois, um viajante de nome Félix de Azara dizia que os Guarani encontravam-se "por todos los lados agrupados en muy pequeñas divisiones u hordas" (Azara, 1969: 203), mantendo cada uma sua autonomia frente às outras (cf. também Montoya, 1876; Guzmán, 1980; MCA, 1952; Saint-Hilaire, 1974). Estas descrições são perfeitamente adequadas à realidade Guarani de hoje.

Com efeito, as comunidades Nandeva encontram-se distribuídas na atualidade, por uma região que compreende Rio Iguatemi (MS), sobre a Serra de Maracaju; se estende para o Paraguai, rumo sudeste, até o Rio Jejui, que delimita a fronteira territorial entre os Mbya e os Nandeva; continua para o sul até o Rio Acaray, no Paraguai, e o Iguaçu, no Paraná, prolongando-se por este último, em direção leste, até as cabeceiras do

Piquiri, do Ivaí, do Tibagi e Paranapanema. Alguns assentamentos são encontrados, como referido, no litoral e interior de São Paulo.

#### 4.1 - Divisão subgrupal

Dentro deste território, encontram-se, como referido, as divisões ou compartimentações dos Guaraní-Ñandeva contemporâneos. Descrevê-las mais profundamente exigiria tempo e não é necessário. Cabe apenas mencionar sua existência, o que possibilita aprofundar o conhecimento sobre a organização dessa sociedade e permite melhor contextualizar o grupo que ocupa o Oco'y e demonstrar sua inserção na sociedade Guaraní.

Nimuendaju aponta, no princípio do século (mapa No. 2), para a existência de três dessas subdivisões: os Tañigua, os Apapukuva e os Oguaiuva (cf. Nimuendaju, 1974, 1978; Schaden 1974). Hoje, quatro divisões subgrupais ou quatro modos de ser Ñandeva podem ser identificadas: a) os Iguatemygua, isto é, que "pertencem" ao Rio Iguatemi; seriam os apapukuva mencionados por Nimuendaju (1978); b) os ka'arugua, cujas comunidades ocupam as proximidades dos rios Corrientes e Capi'yvari no Paraguai; c) os Mbarakajuygua, localizados na Serra de Maracaku entre o MS e o Paraguai; d) os Paranygua, que ocupam as proximidades do Rio Paraná. É neste último onde se inclui os de Jacutinga ou Oco'y<sup>14</sup>.

A importância de entender, ainda que tengencialmente, estas subdivisões Ñandeva reside no fato de que revelam a existência de uma estrutura que ata, aglutina, amarra, apesar de aparentemente de forma tênue, os tekoha supostamente "dispersos" por uma determinada região.

Cada uma dessas divisões guarda características próprias em suas explicações míticas, em seus rituais, cantos e rezas. É também dentro delas que, preferencialmente, os jovens vão buscar suas mulheres e realizam-se casamentos que, por sua vez, definirão os vínculos de parentesco entre os tekoha e que vão orientar as relações das famílias, definindo, por exemplo, o fluxo de visitas e, portanto, das andanças Guaraní.

<sup>14</sup> Estas informações foram colhidas em depoimento pessoal da antropóloga Beate Lehner que estuda os Guaraní desde 1975. Cabe indicar contudo que seriam necessárias pesquisas mais acuradas para tratar com maior precisão o tema das divisões subgrupais Guaraní. Os dados aqui contidos, no entanto, corroboram para a argumentação que se desenvolve aqui.

Assim, os Nandeva de Jacutinga ou Oco'y relacionam-se com as comunidades de Acaraymi, Arroyo Guasu, Kirito e Itabó, todas no Paraguai, e com as quais mantêm contatos permanentes, fazem e recebem visitas.

O contorno do território fica nítido não só pela localização das comunidades que a ele pertencem como, principalmente, quando se pretende demarcar áreas para a constituição de um tekoha fora desses limites. Neste sentido, são inúmeros os exemplos que poderiam ser citados no Mato Grosso do Sul nos anos 1970<sup>(15)</sup>.

O mesmo pode-se dizer dos Nandeva do Oco'y dos dias de hoje. Não aceitam área para um novo tekoha fora da região compreendida entre as cidades de Foz do Iguaçu, Guaira e Toledo. Não aceitam que se translate ou se demarque seus tekoha em áreas localizadas fora do que consideram ser seu território.<sup>(16)</sup>

Território (tekoha guasu) e comunidade (tekoha) expressam sentimento de "posse" de áreas de terra. Associadas, tais noções, à de ñandeva (nós os Homens - no sentido Guarani de homem) denotam o entendimento destes indígenas em relação à sua especificidade sub-grupal dentro de um determinado espaço físico-geográfico.

Incluindo-se, nos dois casos, o aspecto ambiental (ka'aguy), so determinantes e devem ser considerados e refletidos se se pretende entender o significado de terra para estes Guarani.

A análise diacrônica sobre a história da cultura Guarani bem como avaliações de pesquisas realizadas na atualidade, demonstram que não há ruptura da unidade étnica como demonstra a análise da ocupação espacial e concepção de espaço dos Guarani do passado e hoje. É possível estabelecer um vínculo permanente entre as formas de ocupação do presente e do passado.

Certamente que há mudanças. Estas se sucedem diante das diferentes situações que o contato impõe e giram em torno do referido teko/modo de ser Guarani, adequado à situação que se apresenta hoje.

<sup>15</sup> O caso mais flagrante é o da comunidade do Rancho Jakare, que ocupava terras da Mata Laranjeiras e que foi transferida, por iniciativa de funcionários da Funai, para a Serra da Bodoquena, 800 kms ao norte de seu território. Menos de um ano depois o grupo iniciou caminhada de volta. Dado o escândalo que essa marcha provocaria, a Funai que viu-se obrigada a leva-los, em ônibus, novamente no lugar de origem e demarcar terras. Outro exemplo é o dos Nandeva de Peruibe, no litoral sul de São Paulo, que, em 1985, ainda lembravam-se do "Curi", referindo-se a Kurt Nimuendaju, que na década de 1940 insistiu com eles para que se transferissem do litoral para a reserva de Arariba, no interior de São Paulo. Segundo o depoimento dos índios (1985), eles foram para Arariba mas pouco tempo depois voltaram.

<sup>16</sup> O mesmo não se pode dizer dos Mbya que concebem o território de forma mais abrangente, superando os limites das áreas ocupadas no Paraguai Oriental nos últimos dois séculos.

Não há, assim, "efeitos desintegrativos" e sim transformações objetivas que mantêm uma estrutura de pensamento e de comportamento que se reflete na aspiração atual dos Guarani em obter terras e nelas se organizarem para ocupar o espaço disponível. Obter, assim, um espaço onde seja possível realizar o seu modelo de sociedade que não é, em absoluto, o modelo do branco.

Desta forma, os Guarani-Ñandeva do Oco'y atual não devem ser entendidos como índios remanescentes, na iminência de serem absorvidos pela sociedade nacional. Como foi possível comprovar, este grupo pertence a uma sociedade mais ampla, perfeitamente organizada, com características étnicas próprias e isso deve ser ponderado ao se decidir sobre suas terras, que é o elemento crucial que permitirá a continuidade desse grupo indígena que contribuirá para perpetuar sua sociedade.

## 5 - Nome

Pode-se dizer que há controvérsias a respeito dos nomes usados para referir-se aos Guarani que neste texto estamos tratando de Ñandeva. As divisões subgrupais explicam em alguma medida essa controvérsia.

De qualquer forma, a pesquisa, apesar de não haver aprofundado o tema, revelou, em conversas com alguns índios do Oco'y atual, que se autodenominam Ava-Chiripa. Seria possível, salvo engano que o aprofundamento da pesquisa poderia solucionar, chamá-los aqui de Ava-Chiripa Paranygua, isto é, os Chiripa que são do Paraná. Com efeito, as afirmações dos índios são confirmadas pelo mapa de Nimuendaju (v. Mapa No. 2), apesar de que há antropólogos que afirmam desconhecer que algum Ñandeva se autodenomine Chiripa.

De fato, são vários as considerações e modos pelos quais podem ser conhecidos dentro da literatura etnográfica Guarani. Metraux (1948) os denomina Chiripa. Susnik (1961) refere-se a esse subgrupo como Chiripa Guarani ou Ava Katu Ete, da mesma forma que Bartolomé (1977) para este último nome: Ava Guarani, segundo Cadogan (1959), é a autodenominação utilizada por eles; Schaden (1974) informa que o nome Ñandeva, que significa "nós todos [os Guarani]", é auto denominação de todos os Guarani, porém a única forma usada pelas comunidades que falam o dialeto registrado por Nimuendaju com o nome de Apapukuva" (Schaden, 1974:2; v. também Chase-Sardi et alli, 1990; Nimuendaju, 1978).

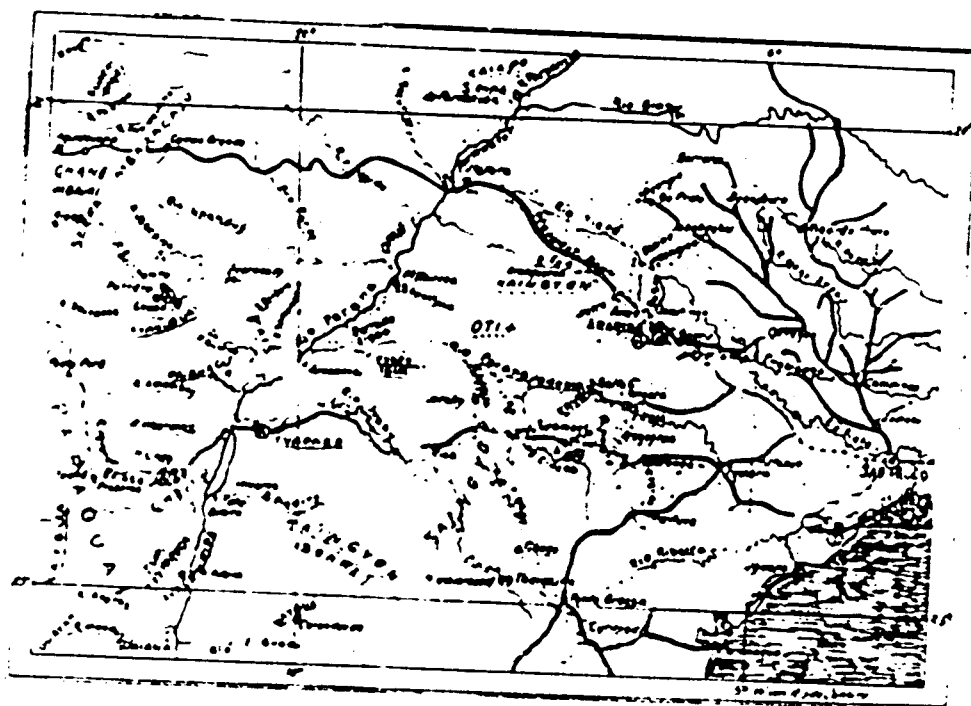
Frente a isso, e dado que a pesquisa local não se estendeu para uma melhor definição dessa questão, preferimos denominar aqui os Guarani do Jacutinga, atual Oco'y, de Ñandeva.

MAPA Nº 2

10682 29821

TERRITÓRIO GUARANI-ÑANDEVA.

FIM DO SÉC. XIX, COMEÇO DO XX



FONTE: NIMUENDAJU. 1918:33.



## 6 - No Paraná

Os Nandeva, na medida em que seu território foi sendo ocupado pelas frentes de expansão vindas principalmente do leste e do sul (mapa No. 3), foram obrigados a se deslocarem de seus assentamentos tradicionais.

Os que ocupavam os rios Paraná, Paranapanema, Tibagi, Itararé, Verde, Brilhante e outros nos estados de Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, foram pressionados para oeste, em direção à fronteira seca com o Paraguai ou para as margens do Rio Paraná.

Nesse processo perderam terras e viram-se obrigados, no caso do MS, a dividir áreas Kaiowa. Neste estado, apenas as áreas de Piraju'y e Jakare'y, ambas nas proximidades da fronteira com o Paraguai, pertencem com exclusividade aos Nandeva. Centenas de famílias Nandeva viram-se obrigadas a conviver dentro de áreas Kaiowa como Dourados, Caarapo, Amambai, Cerrito, Ramada, empurradas por fazendeiros e pela política indigenista oficial de "aldear para integrar". Até os anos 1970, os Guarani do MS que não se encontravam nos Postos Indígenas da Funai eram considerados "índios desaldeados" ou "dispersos".

Em São Paulo, afora o PI Araribá, grupos Nandeva habitam as áreas de Peruibe e Itariri, no litoral sul do estado. Os Guarani do atual Araribá (SP), foram obrigados a se mudarem para essa área vindos do Paraná, de área doada pelo Barão de Antonina, e compulsoriamente tiveram que conviver (a exemplo de Dourados, no MS) com famílias Terena que vieram do MS nos anos 1920 para "ajudar civilizá-los". Nimuendaju ilustra bem esta passagem afirmando que:

"o Barão de Antonina havia dado aos índios a franja de terra situada entre o Rio Itararé e o Rio Verde; mas os documentos correspondentes desapareceram intencionalmente, com o que também aqui começaram a penetrar os dominadores, fazendo do território indígena o triunfo do estéril jogo de naipes de sua política de campanário. As queixas dos índios Oguaiuva em São Paulo e Rio de Janeiro só serviram para piorar a situação própria, a ponto de ter que aceitar a proposta governamental feita por meu intermédio de mudar-se para a reserva Guarani de Araribá (SP), em setembro de 1912, se bem contra sua vontade, ameaçados por todos os lados e dizimados por epidemias." (Nimuendaju, 1978:34).

Ainda em 1912 ofício de funcionário do SPI, referindo-se à área de Pinhalzinho, indica a existência de cidadãos ambicionando terras dos Nandeva:

"espero legalizar em breve aquelas terras (de Pinhalzinho) em favor dos índios ali aldeados. Não só nesta zona do Rio das Cinzas tal medida se faz urgente e inadiável como em diversos outros pontos do Estado, onde os índios são perturbados em seu viver pacífico pela invasão de intrusos ambiciosos, ou acham-se ocupando terreno de propriedade privada legítima". (Paula, 02.1912).

Em 1914 as áreas Guarany e Jacutinga, no Município de Guarapuava são destinadas a trabalhadores nacionais, como informa outro funcionário do SPI:

"tenho a honra de passar às vossas mãos, junto a este, a planta e o memorial da medição e demarcação dos terrenos denominados 'Guarany e Jacutinga' no município de Guarapuava, demarcado para a localização dos trabalhadores nacionais..." (Documento de 04.09.1914).

Há ainda em 1941, documentos que se referem aos Municípios de Tomazina, Guarapuava e Foz de Iguaçu como lugares onde havia Guarani. Hoje em dia os Guarani no Paraná ocupam as áreas de Oco'y, Pinhalzinho, e algumas poucas famílias em Barão de Antonina, Guaraqueçaba, Ivai, Laranjinha, Rio Areia, Rio das Cobras, São Jerônimo (17).

Até os anos 1970 não havia reconhecimento oficial de que os Guarani existiam no Paraná. A leitura dos documentos revela que os índios encontrados eram confundidos com Kaingang, o que gerou considerações equivocadas pelo menos até 1984, de que os Nandeva do Jacutinga eram "remanescentes", não necessitando, portanto, de área continua mas lotes a cada família.

Tratados genericamente de Guarani, quando não eram confundidos com outros grupos indígenas, nunca foram tratados dentro de sua especificidade. Como se SPI, e depois Funai, considerassem que lá não existiam, a não ser pequenos bandos aos quais era necessário enquadrar na política integracionista levada a cabo por estes organismos.

Encontrados ou "descobertos" nas matas da região, havia que expulsá-los, "aldeá-los" ou utilizá-los, como muito se fez, como mão de obra barata. A ideia central

<sup>17</sup> Seria necessário uma pesquisa mais aprofundada para localizar com precisão a história recente dos Guarani-Nandeva.

era evitar que obstruíssem o "progresso", a colonização, a utilização econômica das terras que ocupavam.

Já no início do século a presença militar significará a expulsão de índios. Afirmam os Nandeva que "quando chegaram os militares começou a pressão(...) O colono comprava a terra, ocupava e vinha o militar para tirar os índios".

A atuação do INCRA (a partir de 1972), por outro lado, deu-se sem nenhum critério e orientação em relação às populações indígenas. A documentação permite inferir que índios eram considerados alternativa última, como sugere matéria do jornal O Estado de São Paulo de 08.11.1978, que afirma que a Itaipu primeiro tratará dos que têm documentos de propriedade; depois, dos que têm títulos provisórios por estarem pagando as terras; finalmente, posseiros e ocupantes diversos. É neste último caso em que se encaixam os índios.

Não faltaram, também no Paraná, jagunços, violências, casas incendiadas, pressões e a prática de engodos e todo tipo de sabotagem para que abandonassem as terras. O Jornal do Brasil (RJ), edição de 05.01.1976, veicula notícias sobre o clima de tensão nas margens do Paraná, referindo-se às 27 famílias (135 pessoas) Nandeva; revela que

"as ameaças cada vez mais explícitas fizeram com que a maior parte das famílias saíssem, permanecendo no Ocoi apenas cinco sob o comando de Nicolau Fernandes, um suposto cacique guarani." (In Carvalho, 1981: 08).

## 7 - O tekoha guara de Jacutinga: surgimento

Na região próxima a Foz de Iguaçu existia a Colonia Indígena Guarani, reconhecida e delimitada para ocupação indígena em décadas anteriores com "área exata de 517,9771 ha." (Lopes e Kaniak, 1977).

Situada no Município de Foz do Iguaçu, em 1977 já não havia indígenas naquela área, considerada porção de terras para colonização no Processo de Discriminação de Terras Devolutas do INCRA. Estava então totalmente ocupada por posseiros que nela trabalhavam lavouras mecanizadas. Hoje em dia essa área transformou-se, em grande parte, no bairro de Três Lagoas, periférico à cidade de Foz do Iguaçu.

Ao que tudo indica, havia muitas famílias na Colonia Indígena Guarani.

Relatório da Funai de 1981, sem citar com precisão as fontes, diz que "a maioria dos Guarani de Três Lagoas foi dizimada por epidemia de maleita no período de 1948-50, tendo os seus descendentes se retirado da área na década 1950/60, sob pressão da sociedade envolvente" (Horst, 1982).

A partir da Colonia Indígena Guarani, da qual há informações documentais, e de outras, que não são tão conhecidas, os Guarani Nandeva passaram a perambular, na medida em que eram pressionados pela presença do branco, por toda a região, considerada por eles como seu território. Em seus depoimentos, citam, ou por haver nascido ou por ter vivido algum tempo, lugares como Nova Roma, Vitor Horácio, Passo Kue, Porto Irene, Takuatlinga'y, São Vicente entre outros. Em todos esses lugares não tiveram tempo de se assentar de modo definitivo já que a presença do colono os obrigava a um novo traslado (mapa No. 3).

Neste processo chegaram à beira do Paraná e passaram a ocupar, já na década de 1960, seus afluentes, formando o *tekoha guasu de Jacutinga*, composto por grupos familiares assentados nos rios Jacutinga, Oco'y, Guaxirõ, Guaxirõ'y, Bela Vista, Pinto, Paso Kue e Porto Irene<sup>(18)</sup>.

A região era então oficialmente conhecida pelos brancos como Gleba 84 (12.500,00 ha), chamado de Terreno Ocoi, nos Municípios de Foz do Iguaçu e São Miguel do Iguaçu, terra sob o foco do INCRA para colonização, fruto de

"ato expropriatório, Decreto Federal No.69.412, de 22.10.1971, para o fim exclusivo de assentar famílias de colonos que, então, seriam retirados do Parque Nacional do Iguaçu" (Lopes e Kaniak, 1977: 2)

Os funcionários designados pela Portaria No. 162/P, de 23.04.1977 para

"deslocar-se à área da Colonia Indígena Guarani (...) e ao Projeto Ocoi, para examinar a situação do grupo indígena ali localizado, bem como manter entendimentos com autoridades da região objetivando solucionar o problema de localização do referido grupo indígena" (Oliveira, 1977),

não encontraram mais do que 11 famílias em toda a área referida.

<sup>18</sup> O tempo exíguo desse levantamento não permitiu ir além dessas informações. Pesquisa mais aprofundada, tendo por base as pistas aqui levantadas, levariam a dados mais consistentes.

Não poderia ser de outra forma já que na realidade o levantamento não foi realizado. Com efeito, dialogando com responsáveis do INCRA pelo Projeto Integrado de Colonização Ocoi

"para quem expusemos o motivo da visita, fomos atendidos com a designação de um servidor, com pleno conhecimento do terreno e da atuação do Projeto, para nos acompanhar no desempenho da 2a. etapa do trabalho" (Lopes e Kaniak, 1975: 3)

que era localizar os índios. Concluíram que

"não há, aí, qualquer resquício de elementos indígenas (...) mas adentrando mais além (...) às margens do Rio Paraná (...) constatamos a existência de 11 famílias indígenas já identificadas pela Administração do PIC-OCOI, em processo de aculturação (os filhos frequentam as escolas mais próximas)..."  
" (idem, fls. 4).

O procedimento dos agentes da Funai aqui é exemplar para ilustrar como surgem os problemas com os indígenas. A consulta não foi feita com os índios, mas "procuraram dialogar com o pessoal técnico da Itaipu", suspeitos e desqualificados para informar sobre os índios. Dadas as vinculações de funcionários do INCRA com a problemática da terra na região, eram foco de pressão de pessoas interessadas nas terras, o que os tornava potencialmente suspeitos para opinar sobre terras indígenas.

Com base nesses dados, equivocados, o Presidente da Funai toma decisões e informa o Diretor Geral da Itaipu Binacional de que era composto de "11 famílias ou 27 pessoas" (Carta de Ismarth Araujo, Presidente da Funai a José C. Cavalcanti, Diretor Geral da Itaipu, de 22.06.1977)<sup>(19)</sup> o grupo de Guarani ocupante do Jacutinga.

A informação, apesar de equivocada e desqualificada, determinou, como indica o documento citado, os encaminhamentos da Funai e a orientação errada à Itaipu Binacional e ao INCRA. É sobre esses dados - falsos - que o problema do Guarani-Nandeva será trabalhado, caracterizando um "continuum" de equívocos até 1984.

O fato, contudo, de que os funcionários enviados puderam localizar apenas este número de famílias, não significa que outras não existissem por ali, apesar do difícil que é precisar, com exatidão, quantas famílias estavam no tekoha guasu de Jacutinga em

<sup>19</sup> Estes números dariam uma média de 2,4 pessoas por família, extremamente reduzida para os Guarani, cuja média por família nuclear pode ser considerada como pai, mãe e quatro filhos

1973.

Havia já na época, contudo, indícios claros de que as 11 famílias encontradas não estavam sós e que o grupo indígena era maior. Segundo dados citados por Carvalho (1981)

"em conversa com o Delegado Regional da Funai, Dr. Harry Telles, os representantes dos Guarani em Oco'y falaram de setenta famílias entre as que estão no Paraguai, Rio das Cobras, outras áreas indígenas do estado do Paraná e em fazendas da região. Que antes das arbitrariedades do INCRA a comunidade era formada por 150 pessoas" (CIMI, 24.03.1978 in Carvalho, 1981: 08).

Com efeito, seria o caso de averiguar junto aos índios, e não a "experientes" funcionários do INCRA como fez o agente da Funai, para se obter indícios mínimos sobre o problema e conduzi-lo de forma mais apropriada. O problema atual do Oco'y certamente se configuraria de outro modo se a Funai tivesse envidado esforços, ainda que reduzidos, para melhor conhecer aquela realidade para, sobre essa base, tomar decisões.

### 7.1 - As famílias que existiam no Jacutinga

A pesquisa de campo para este laudo revelou dados interessantes, na atualidade, sobre a constituição do *tekoha guasu* de Jacutinga nos anos 1960-70.

Entrevistas com alguns velhos Guarani e uma reunião geral com os chefes de família em Oco'y durante o trabalho de campo, forneceram dados que possibilitam recompor em parte a situação daquele momento.

Segundo depoimentos de João Palácios, Faustino Centurión (dois *ñanderu* ou sacerdotes de Oco'y) e Jerônimo Alves, confirmados por outros senhores Guarani, havia perto de 100 famílias, ou aproximadamente 500 pessoas, no *tekoha guasu* de Jacutinga naquele momento. Informam que as famílias vinham das perambulações por vários lugares da região (Nova Roma, Vitor Horácio, Passo Kue, Porto Irene, Takuatinga'y e São Vicente) e que se instalaram às margens e cabeceiras de rios e riachos como o Bela Vista, o Guaxirô, o Guaxirô'i, o Passo Kue, o Jacutinga, o Oco'y.

Naquele tempo, afirmam as mulheres em reunião no Oco'y, havia um "principal", um chefe político, que tinha ascendência junto a todos os caciques das comunidades da região.

Como dado a corroborar essas afirmações, na reunião geral realizada em Oco'y, onde compareceram a maioria dos homens da comunidade, as discussões que se fizeram sobre o tekoha guasu levou à constatação que até os anos 1970 ou na década anterior, havia um homem de nome Ramón Eteche que era considera um "principal", isto é, um líder religioso e político que tinha poder de influenciar todas as comunidades ou tekoha compreendidos, segundo afirmam os índios, entre Sta. Helena e Foz do Iguaçu. Houve ainda, depois de Ramón, um outro Eteche, Colá Eteche, que também liderou, por algum tempo, os tekoha da região. Depois dele, segundo lembraram os mais velhos, já não houve quem tivesse esse poder, o que se deve, em grande medida, à presença do branco.

Perguntado sobre as casas existentes no tekoha guasu antes de 1973, velhos, entre homens e mulheres, variaram pouco em suas respostas, afirmando que seria entre 5 e 9 casas grandes, as ogajekuta descritas acima, distribuídas por aqueles rios<sup>(20)</sup>.

Considerando-se, numa estimativa aproximada, que cada uma dessas casas grandes reunia entre 6 e 8 famílias nucleares; considerando-se, ainda, que cada família nuclear contivesse uma média de 6 pessoas, se alcançaria um número aproximado de 36/48 pessoas por cada casa grande. Considerando-se que fossem 5 casas grandes, se chegaria a um número perto de 180/240 pessoas; no caso de que fossem 9 casas grandes, este número chegaria a 334/432 pessoas vivendo no tekoha guasu de Jacutinga nos anos 1960-70.

## 7.2 - Nova dispersão

A chegada de uma instituição de governo como o INCRA e o que ele simbolizava, não significou ocupação pacífica da área. O depoimento dos índios e os documentos informam que muitas famílias se dispersaram "com medo de serem mortas" durante a desapropriação daquelas terras pelo INCRA.

Não deixou de haver violências e pressões:

"lavouras foram destruídas, casas queimadas e famílias inteiras expulsas da área... Segundo depoimento dos próprios índios... em 03.08.1979 chegou um ônibus para levar todos os bugres (sic) para uma reserva. Como não houve esclarecimentos, Salício Rosa, com medo, fugiu para o outro lado do

<sup>20</sup> Com maior disponibilidade de tempo seria possível precisar o número de casas e população com pequena margem de erro

rio com os familiares. Seus pertences foram levados pelo ônibus. Acontece que Salcio Nasceu na área e só não retornou ainda, porque não tem onde residir já que seu lote foi invadido por pescador profissional. Parentes dele informam que ele pretende voltar assim que tenha onde possa ficar morando..." (Horst, 1981).

Ocorreu, assim, uma nova e compulsória dispersão dos Guarani-Nandeva agora no Jacutinga. O Jornal "Frenteira do Iguaçu" de 16.12.1975, transcreve cópia de ofício do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) em que solicita defesa para moradores índios da região, afirmando que:

"...muitos constituem um grupo indígena guarani... Vários desses índios habitavam originalmente uma área próxima a essa cidade, chamada hoje de Três Lagoas, tendo inclusive recebido proteção especial de Getúlio Vargas. Posteriormente, foram desapossados por grileiros de terras de nossa cidade, tendo-se juntado a seus irmãos, na Barra do Ocoi" (In Carvalho, 1981:07).

Em relatório de 1981 um funcionário da Funai revela que muitas famílias Guarani

"...se encontram dispersas pelas margens do Paraná, em fazendas, nas ilhas próximas a Guairá, em alguns postos indígenas e na área do Projeto Integrado de Colonização Ocoi, cuja área ficará contida na Bacia Hidrográfica da Hidroelétrica Itaipu Binacional. Nessa área, objeto da Instrução Técnica No. 023/?? as famílias identificadas como sendo indígenas são originárias de Três Lagoas ou de Porto Irene" (Documento de 03.06.1981).

Com essa dispersão, algumas famílias foram para as comunidades com as quais se relacionam no Paraguai, isto é, Acaray,ni, Arroyo Guasu, Kirito e Itabó. Outras, incentivadas por funcionários da Funai na prática da política do aldeamento, foram para os Postos Indígenas de Rio das Cobras e Pinhalzinho. Outras, comandadas por um duvidoso líder de nome Nicolás, permaneceram na área e 13 famílias chegaram a receber, por orientação do órgão tutor, lotes do INCRA.

Há que se considerar que não havia interesse de que se criasse uma área indígena naquele local e naquele momento. Pistas neste sentido oferece o jornal "Foz do Iguaçu" quando considera, em matéria de 07.1981, que:

"Itaipu não revela o menor interesse em que aquela área seja reconhecida como reserva indígena, pois neste caso a Empresa Binacional terá que



# OCUPAÇÕES NÁNDEUA NO JACUTINGA Nº 682. 29911

• PERMUTAÇÕES NÁNDEUA ANTES DO JACUTINGA.

• DISPERSÃO NÁNDEUA: IDA E VOLTA.

• OCUPAÇÕES MÓVA EM TOLEDO (REGIÃO).

• DISPERSÃO MÓVA.

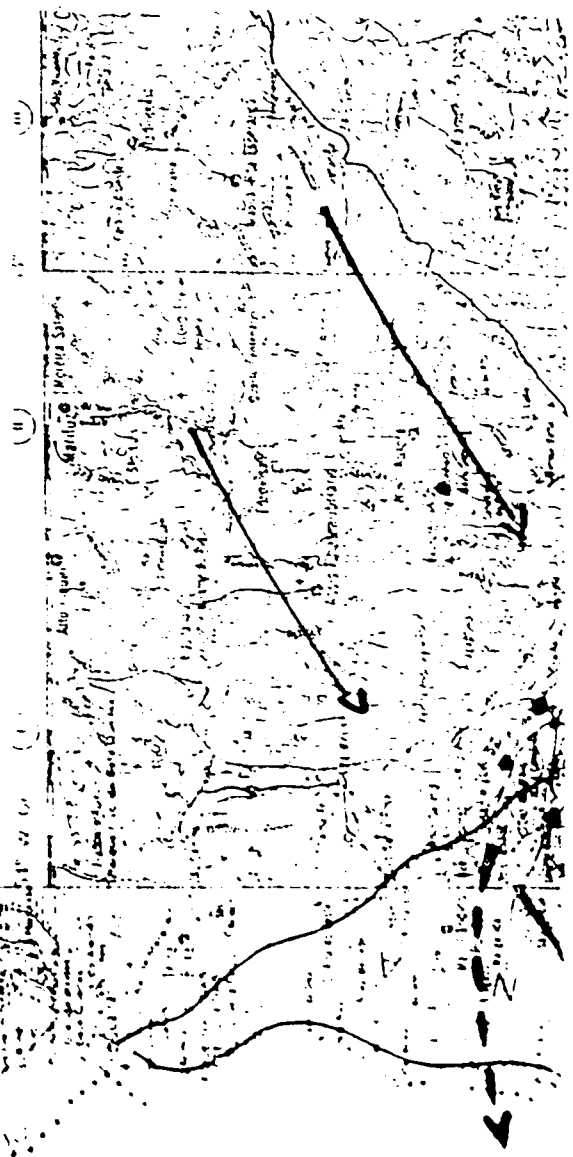
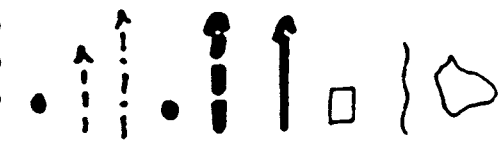
• FRENTES DE EXPANSÃO.

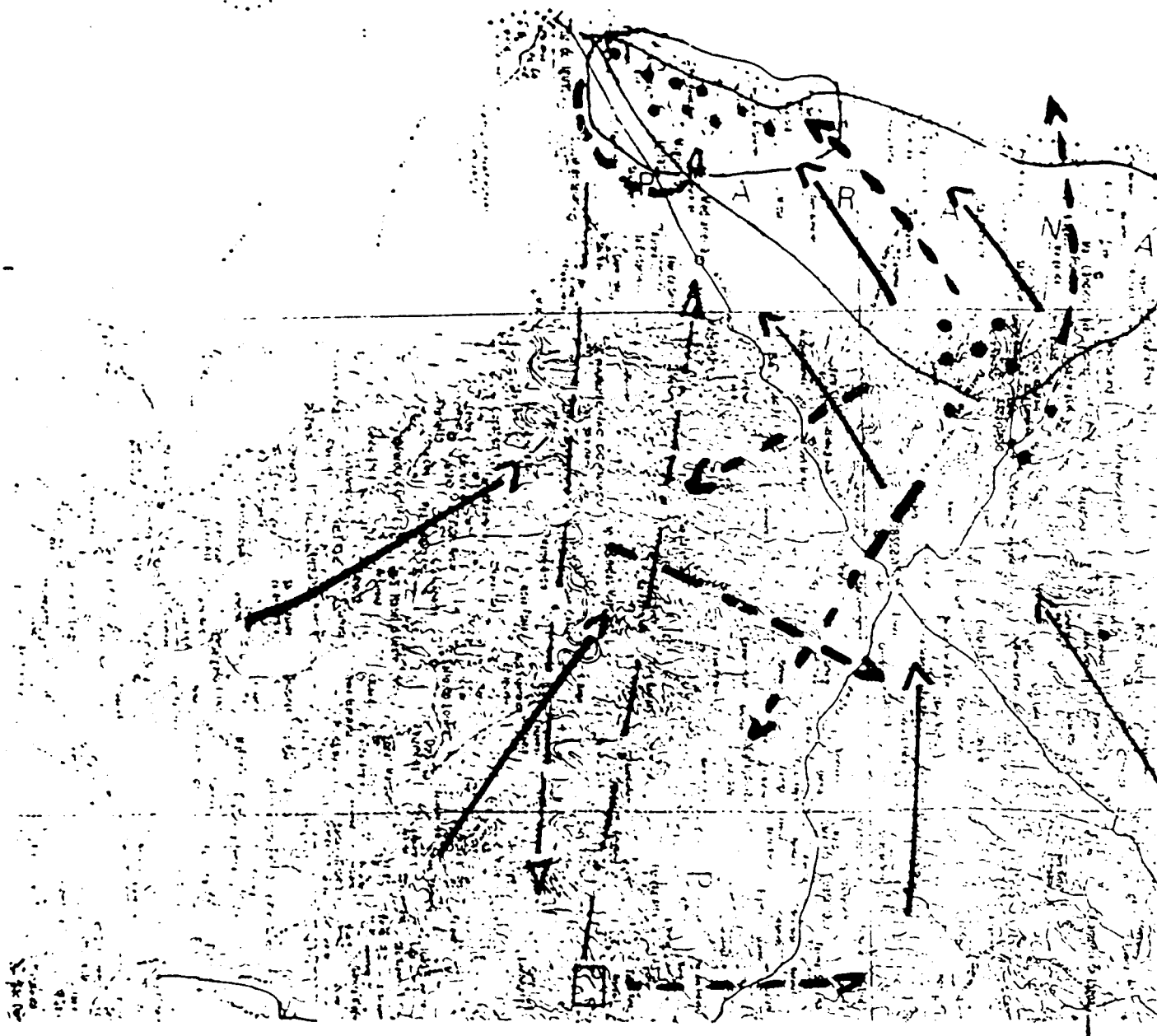
• POSTO INDÍGENA RIO DAS COBRAS.

• TERRITÓRIO NÁNDEUA.

• TEOKHA GUASU DO JACUTINGA.

MAPA Nº 3





esperar novo e específico decreto desapropriatório emanado da Presidência da República para poder remover os índios para inundar". (Carvalho, 1981: 08).

Os "critérios de indianidade" inventados pelos militares que controlavam a Funai naquele momento, irá embasar esse procedimento.

## 8 - "Critérios de indianidade"

Não bastasse a desqualificação de funcionários e métodos para lidar com a situação de Oco'y, a Funai, na década de 1980, cria os "critérios de indianidade", que denotavam a interpretação fascista do mundo e a atitude francamente genocida de seus propositores. Não cabe aqui entrar em detalhes sobre esses critérios que pretendiam definir identidade indígena através de graduações sanguíneas. Ao pretender eliminar o "outro" através de critérios suspeitos e fascistóides, a Funai persistia nos seus "equivocos" - que não pareceriam tão involuntários numa análise mais aprofundada. Concretamente, pretendia retirar de cena os índios, com uma justificativa supostamente criteriosa, possibilitando a ocupação de suas terras por outros interesses. Com efeito, a aplicação desses "critérios de indianidade" (cf. Horst, 1981), daria o motivo para que os Guarani de Jacutinga não tivessem acesso a um território contínuo e comunitário, mas a lotes. Os Guarani foram considerados como qualquer colono. Cabe reiterar que o Estado brasileiro não tinha interesse de que se instituisse, naquele lugar e naquele momento, uma área indígena.

## 9 - Fatos Jurídicos

O que se observa no estudo da história recente desses Guarani, é uma série de equívocos e desatinos que acarretaram sérios problemas para eles. Afora criar estigmas e cristalizar, no tempo, idéias errôneas e pré concebidas, como por exemplo de que são "meros remanescentes" ou "nômades", foram sendo criados **atos jurídicos**. Como consequência, há hoje uma realidade que dá amplo espaço para a argumentação de advogados (de empresas, colonos ou fazendas) que defendem interesses contrários aos dos

índios. Vão sendo, assim, cristalizadas não apenas estigmas infundados do senso comum, mas situações consideradas irreversíveis que em muito dificultam os encaminhamentos atuais para solucionar o problema e garantir o direito dos índios à terra. Calçados nesses precedentes, os advogados têm um universo de filigranas que podem lançar mão para obstruir e retardar processos e, portanto, a solução dos problemas das terras indígenas, apesar das Constituições e de legislação, em todos os tempos protegendo, formalmente, seus direitos.

Como consequência de todo esse processo, a Funai orienta o INCRA e a Itaipu no sentido de que fossem destinados lotes às 12 famílias consideradas indígenas encontradas no Jacutinga, o que, em absoluto, resolveu a questão. Os índios insistem até hoje em suas reivindicações de terras e matas.

A comunidade de Oco'y deve ser pensada em sua dimensão étnica, no universo amplo da sociedade Guarani. Não é "um grupo de índios dispersos" e querer tratá-los como colonos, dando-lhes lotes, revela atitude tão genocida quanto considerá-los remanescentes.

É importante ressaltar porque se se entende que os índios estavam disperso o tratamento que se lhes dará será diferente se se considera o que efetivamente estava ocorrendo: Oco'y constitui um tekoha e, desta forma, não poderiam estar dispersos. Não existe a figura do Guarani disperso; o que existe são comunidades/tekoha Guarani inseridas em amplo contexto social específico.

Até 1982 não há qualquer menção, nos documentos, de que com essa idéia de lotes se está desconsiderando o uso coletivo da terra pelos índios. O esforço é descaracterizar que são índios (v. doc. de 07.05.1982).

## 10 - Antecedentes do Oco'y atual

Os índios, como dito, não arrefeceram em suas reivindicações. Não aceitaram os lotes nem os 253 ha. oferecidos pela Itaipu com a inundação da represa. Consideraram esta área para onde foram transferidos, como provisória e, até o dia de hoje, reivindicam terras apropriadas para seu tekoha.

Alguns fatores como o a abertura do regime militar, a presença de agentes do Banco Mundial na região, a abertura do regime político e a internacionalização das

temáticas ambientais, contribuíram para que os índios continuassem lutando por seus direitos (cf. Santos, 1994).

A partir de meados dos anos 1980 (cf. Santos, 1994) até hoje, insistem que se lhes viabilize área de 1500 ha., a preservação dos 253 ha do Oco'y e medidas para melhoria da qualidade de vida (saúde, educação, programas agrícolas).

Com efeito, seus depoimentos na atualidade indicam que nunca estiveram satisfeitos com as 253 ha. de Oco'y e que sempre a consideraram como área provisória, mantendo-se na expectativa de uma outra área mais apropriada a ser providenciada pela entidades do Estado brasileiro envolvidas.

Algumas considerações sobre a área do Oco'y devem ser levadas em conta, afora o fato de que sempre a consideraram pequena, inapropriada, cercada de colonos estrangeiros e, portanto, provisória. Sua aceitação, ao que parece, foi imposta por circunstâncias peremptoriamente definidoras, como a inexorabilidade das águas da represa que inundariam toda a região do tekoha do Jacutinga. Era necessário buscar um lugar, ainda que provisório, para se instalar. A aceitação não só dos índios mas de instituições não governamentais que com eles trabalhavam na época (Conselho de Justiça e Paz, ANAI, CIMI), também, ao que parece, teria sido orientada por essas circunstâncias.

Outra consideração importante, apontada pelos índios, é que as águas do lago teriam coberto mais terra do que esperavam. Com a inundação, os Guarani se deram conta do diminuta era a terra.

Cabe ressaltar, além disso, que teria havido consistentes e também peremptórias pressões para que aceitassem a área do Oco'y. Agregue-se, por outro lado, o total desconhecimento dos índios sobre o que ocorria ou ocorreria, configurando-se uma situação incompreensível, ampliada pela dificuldade de comunicação dada pelas diferentes línguas.

Assim, os Guarani de Oco'y "fizeram sentir à Itaipu seu descontentamento em relação à terra em que haviam sido reassentados" (v. Santos, 1994) em 1982.

## 11 - O Oco'y hoje

Chama a atenção do visitante o exíguo e inapropriado da área do Oco'y para uma comunidade Guarani. Conhecendo os dois, fica eliminada qualquer dúvida a respeito das considerações dos índios sobre o caráter provisório dessa terra. Difícil seria que não reivindicassem melhores condições pois Oco'y poderia ser incluída entre as piores situações de assentamento de comunidades Guarani no país.

Apesar de algum mato e terras boas, a comunidade do Oco'y está espremida entre a água e colonos, pequenos proprietários descendentes de migrantes alemães, que aproveitam ao máximo suas terras, não raro adentrando com suas roças a área dos Guarani. Em alguns trechos, não há mais do que 50 ou 70 metros entre o roçado do colono e o lago. Causa a sensação, sentida pelos índios, de opressão e aperto.

Esta opressão se manifesta não somente no aspecto físico da terra mas também no tratamento despectivo que os colonos dedicam aos índios. Não foram poucos os conflitos entre as duas populações apesar de terem chegado a uma coexistência pacífica. Contam os índios que tiveram que realizar algumas reuniões formais com os colonos e a intermediação de Funai e prefeitura para chegar a isso.

A proximidade das roças dos colonos tem provocado insalubridade na área Guarani na medida em que são utilizados produtos químicos para adubar ou mantê-las, o que tem contaminado água e ambiente.

Apesar do mato, este não pode ser cortado - nem os índios desejam fazê-lo. Sendo, porém, uma área muito reduzida, sobra-lhes pouco espaço para o cultivo de roças, problema que se agrava com o crescimento da população e a consequente formação de novas famílias que necessitam de terra para instalar suas habitações e para subsistência.

Oco'y, de outro lado, não apresenta variações populacionais significativas se comparado com o que era nos anos 1970 - a não ser as decorrentes de um crescimento natural ou vegetativo. Sua população hoje é superior a 100 famílias nucleares. Aproximadamente 50 famílias permanecem no PI Oco'y; outras 14 participaram da "reocupação" ou "invasão" do Paraná Porã e lá estão, entre 15 e 20 famílias estão no PI Rio das Cobras; outras 20 ou 30 estão em áreas Guarani do Paraná ou Paraguai, e em fazendas a região. As famílias que estão fora do Oco'y mas que pertencem ao tekoha

pretendem voltar, como afirmam os índios, para uma nova área que venha a ser aberta para eles. Há não só a concordância da comunidade com isso como também uma expectativa de que voltem. Cabe considerar que não foi detectado no levantamento de parentesco realizado em setembro de 1995, "gente de fora" do tekoha do Jacutinga/Oco'y, mas confirmou-se que todas as famílias nucleares que se dizem pertencentes ao tekoha do Oco'y estão fortemente ligadas entre si por laços de parentesco<sup>(21)</sup>.

Dois aspectos da comunidade de Oco'y devem ser ainda considerados, na medida em que são importantes para entender sua configuração e sua organização. De um lado, o episódio de ruptura do grupo familiar de São os casos de Fernando Cambai Martines; de outro, a presença de Guaraní-Mbya na comunidade Nandeva de Oco'y, que tem causado muitas dúvidas.

### 11.1 - O caso de Fernando Cambai

Não houve uma investigação acurada para aprofundar e entender os detalhes do porque o conflito foi gerado. Não era o caso. Por diversas vezes e por diferentes caminhos durante a pesquisa, se tentou obter uma versão dos índios, mas estes demonstraram que não pretendiam discutir o tema, indicando, todas as vezes, que já estava solucionado<sup>(22)</sup>.

O problema surgiu em decorrência de disputas entre o grupo macro familiar (perto de 10 famílias) liderado por Fernando Cambai e o restante da comunidade. Em jogo, a orientação política de Oco'y. No calor das discussões um índio do grupo de Fernando esfaqueou um outro<sup>(23)</sup> da facção contrária.

Conflitos entre grupos macro familiares pela orientação política de comunidades Guaraní são conhecidos na literatura etnológica e relativamente corriqueiros. Apesar disso, não deixa de ser grave na medida em que há pouca disponibilidade de

<sup>21</sup> Foram levantados os dados que permitem construir um diagrama de parentesco que demonstraria o movimento populacional dos Guaraní do Jacutinga e do Oco'y, e revelaria o relacionamento das famílias extensas pertencentes a esse tekoha. Isso contudo exigiria alguns dias mais de trabalho, o que poderá ser realizado caso necessário.

<sup>22</sup> Cabe considerar a possibilidade de que o problema retorne caso agentes externos queiram, aproveitando as aspirações políticas de Fernando Cambai, fazer dele uma liderança mesmo em detrimento da comunidade. A ressalva é pertinente uma vez que isto só acontece em contextos indígenas.

<sup>23</sup> Silvino Vas, então com 20 anos e que hoje é cacique de Oco'y.

terras para que, como sucede dentro da tradição Guarani, um novo tekoha seja formado.

O incidente criou situação conhecida quando não resta qualquer possibilidade de que grupos rivais possam conviver no mesmo tekoha. A situação tornou a presença do grupo "perdedor", o de Fernando, insustentável, obrigando-o a abandonar a área. Em outros momentos isto não seria um problema tão grave uma vez que ocupariam lugar que escolhessem dentro do território e estabeleceriam uma nova comunidade. Dada a inexistência de terras disponíveis, Fernando e seu grupo se viram obrigados a ir para o Pi Rio das Cobras. Lá o grupo permaneceu algum tempo mudando-se, posteriormente, para Inácio Martins (Rio Areias), outra área onde os Guarani Nandeva dividem terras com os Kaingang. Depois disso trasladou-se uma vez mais, agora de volta para Rio das Cobras. Uma parte de seu grupo permaneceu, contudo, em Inácio Martins.

A Funai (e também a Itaipu) tentou intervir e contornar a drástica decisão da separação dos grupos. Agentes externos nestes casos têm porém poucas chances de reverter o quadro. Tratava-se de conflito irreconciliável e irreversível, acarretando na efetiva mudança do grupo minoritário.

Pare efeitos desse levantamento o que importava saber era como a comunidade estava, hoje, lidando com o tema, isto é, que pretendia o grupo de Fernando e como a comunidade pensava sobre suas pretensões.

Como mencionado, foram reticentes, mas até onde foi possível constatar Fernando não constitui mais problema, o que foi confirmado em um encontro realizado em setembro último em Rio das Cobras entre ele e os dois líderes de Oco'y. Fernando e seu grupo se manterão onde estão até que se solucione a questão das novas terras de Oco'y. Quando isto se der, será decidido se o grupo de Fernando vai para o Oco'y ou para a nova área que, como esperam, deverá ser criada. Caberá assim a Fernando Cambai a decisão, se quiser, de voltar para o convívio de seu tekoha. Os líderes atuais de Oco'y consideram contudo que Fernando deve respeitar as lideranças instituídas e deve conter suas eventuais pretensões políticas.

## 11.2 - Conflitos e densidade demográfica: decisão da comunidade

A experiência com os Guarani mostra que os conflitos entre grupos ou facções dentro de uma comunidade devem ser gerenciados pelos próprios índios. A interferência de agentes que não pertencem ao grupo na imensa maioria dos casos não contribui para a



solução dos problema mas exatamente ao contrário. A experiência mostra também que quando necessitam de assessoramento de brancos para conduzir seus assuntos, eles próprios realizam o movimento de buscar essa ajuda. Mesmo nestes caso, esse apoio deve ser dado de forma criteriosa para não interceder no movimento próprio da comunidade e reforçar líderes nem sempre legítimos. Os problemas Guarani devem, assim, ser resolvidos dentro de regras, normas e tradições próprias ao grupo.

No mesmo sentido, o caso de Fernando Cambai é interessante de ser analisado para ponderar sobre a população de uma comunidade Guarani.

Assim o dado mais importante a considerar do episódio com Fernando Cambai é de que ele e seu grupo não "pertencem" ao PI Rio das Cobras. Nem ao tekoha de Araribá (SP), nem de Piraju'y (MS), nem de Acaraymi (Paraguai). Ele é nascido junto ao grupo de Oco'y e, portanto, faz parte, até que venha a falecer, deste grupo uma vez que as desavenças existentes não parecem ser suficientes a ponto de impedir que volte ao Oco'y quando se der a oportunidade.

Disso se extrai o fato de que a cada lugar Guarani corresponde um conjunto de famílias que pertencem a este lugar e este lugar pertence a elas. Há normas e regras que impedem que um tekoha, salvo interferências de agentes externos, se torne superpopuloso e que aleatoriamente famílias pertencentes a um outro tekoha venha se assentar, sem esse controle, num tekoha determinado. É assim importante considerar estas normas e regras Guarani que determinam o equilíbrio demográfico de uma comunidade.

Nos mesmo termos deve ser considerada a presença de Guarani-Mbya no Oco'y, tema que tem preocupado bastante agentes de Funai e funcionários da Itaipu.

## 12 - Os Mbya no Oco'y

Não há, até onde foi possível averiguar, nenhum problema estrutural que impeça o relacionamento harmônico entre os Nandeva e os Mbya que vivem em Oco'y. São conhecidas e relativamente frequentes as relações entre os dois subgrupos Guarani que conservam reminiscências dos tempos das missões em suas tradições (cf. Cadogan, 1959).

Os Mbya que hoje se encontram em Oco'y também foram vitimados pela

presença da colonização, primeiramente no Paraguai e posteriormente na região de Toledo (PR), para onde se dirigiram para escapar da presença de brancos em sua região no país vizinho.

Com efeito, o Paraná não é, tradicionalmente, ocupado pelos Guaraní-Mbya (v. mapa No. 1). O traslado para Toledo, cruzando território Ñandeva, teria ocorrido nos anos 1950, em plena exploração da erva-mate, um produto natural existente em abundância nos territórios Guaraní.

A região de Itakyry (Paraguai), que atingia território tanto Mbya como Ñandeva, constituía-se no "camino de la yerba" e era onde residia o centro administrativo da Industrial Paraguaya que monopolizava a exploração do mate. Ao que parece, a fuga do grupo Mbya para as proximidades de Toledo teria se dado com o propósito de escapar das duras atividades que representava o trabalho escravo da exploração da erva-mate<sup>(24)</sup>.

Mas na região de Toledo o grupo também não conseguiu livrar-se da presença de brancos. Segundo depoimento de velhos Mbya em Oco'y, com a aproximação da colonização eles se viram obrigados a procurar outros lugares, dispersando-se pela região. Algumas famílias dirigiram-se para o PI Rio das Cobras, Laranjinha e outras áreas, de onde partiram depois em direção a São Paulo. Outras famílias vieram a juntar-se aos grupos Ñandeva que se encontravam no Jacutinga.(ver mapa 3)

Assim, o relacionamento do grupo Mbya que se encontra atualmente no Oco'y data de décadas e não é fenômeno recente. É importante considerar, desta forma, que estes Mbya não vieram do Paraguai nem recentemente nem exclusivamente para se assentar no Oco'y, objetivando usufruir das "benesses" oferecidas aos índios pela Funai como pode-se pensar. Há uma história que justifica sua presença junto aos Ñandeva de Jacutinga-Oco'y que os aceitam sem problemas aparentes.

Trata-se, de uma forma ou de outra, de uma temática que deve ser debatida dentro de parâmetros específicos Guaraní, cabendo aos índios a decisão sobre a presença dos Mbya no Oco'y. O que se observa, como mencionado, é que as famílias Mbya e Ñandeva de Oco'y, conformam um tekoha harmonioso, o que demonstra a aprovação e

<sup>24</sup> Sobre as atrocidades cometidas pela Industrial Paraguaya e pela Companhia Mate Laranjeira, e ilustrativa a leitura de Rafael Barret ("Lo que son los yerbaes" in Obras completas II, RP Ediciones, Asunción, 1988), Augusto Roa Bastos (Hijo de Hombre, Seix Barral, Barcelona, 1984) ou Temístocles Linares (Historia Económica do Mate, Jose Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1969)

aceitação da de todos a esse estado de coisas. A única desavença observável durante o trabalho de campo foi o comentário de um dos sacerdotes da comunidade, queixando-se de um professor Mbya na escola de Oco'y que estava "andando" com uma de suas alunas e isso provocava desconforto ao depoente. Comentou também que os mbya não cantam como ele, o que era motivo de crítica.

### 13 - Paraná Porã: "reocupação" ou "invasão"?

O episódio da "reocupação" ou "invasão" do refúgio biológico da Itaipu que os índios denominaram Paraná Porã, provocou mudanças na programação que se estabelecia com a Itaipu para a realização deste laudo. Cabe comentá-lo aqui, trabalhando com as duas concepções, isto é, se teria havido uma "invasão" ou uma "reocupação".

Considerando que os Guarani-Nandeva do Oco'y entendem ser seu território a região compreendida, grosso modo, pelas cidades de Foz do Iguaçu, Toledo e Guaira; considerando que seus direitos, garantidos pelas Constituições brasileiras (todas!), bem como por legislação ordinária<sup>25</sup>, são imprescritíveis; considerando que a comunidade Nandeva tem sido obrigada a esperar estes 15 anos para que se encaminhe suas reivindicações; considerando-se que no processo de desapropriação de suas terras foram sendo criadas situações jurídicas que hoje se configuram desfavoráveis, teria havido uma "reocupação" daquelas terras.

Se, de um outro lado, se considera o "Direito Romano", teria havido "invasão" pelos índios do Paraná Porã.

O que se constata, de qualquer forma, é que na madrugada do dia 15.06.1995 a comunidade de Oco'y decidiu que 14 de suas famílias "reocupariam" - ou "invadiriam" - o Paraná Porã e assim o fizeram. Talvez não fosse necessário tendo em vista que a Itaipu já vinha, como dito, em tratativas para a elaboração do laudo antropológico e, conseqüentemente, indicava suas pretensões de encaminhar a solução do problema. Mas, deve-se considerar, seria exigir que os índios efetivamente depositassem confiança extrema na empresa para não realizar a ocupação. Conste, além disso, que no

<sup>25</sup> Estavam em vigor, quando da transferência dos índios, o ESTATUTO DO INDIO ou a LEI 6001/73 ART 20, parágrafo 1 e 4, o Decreto 58 824, onde o Brasil reconhece a Convenção 107 da OIT, 1957, Constituição de 1967, emendas de 1969

entendimento dos índios a Itaipu havia sido "advertida" de que haveria a ocupação, em um encontro entre o Diretor Geral da empresa e as lideranças de Oco'y. Sentiram-se, desta forma, em condições de realizar a ocupação uma vez que não teria sido cumprido o prazo para definir a situação da área durante o encontro com o Diretor da Itaipu.

#### 14 - O trabalho de campo

O trabalho de campo<sup>(26)</sup> constituiu-se na convivência, por seis dias (13 a 18.07) com os Nandeva no Paraná Porã e uma visita de meio dia a Oco'y.

##### 14.1 - Recuos

O primeiro passo do trabalho, depois de conversar com Itaipu, foi promover um encontro entre o antropólogo, os índios a Funai e o CIMI. O objetivo era de definir as bases sobre as quais se faria o levantamento. Vale indicar que em decorrência da reocupação/invasão, havia um clima de incerteza por parte dos índios, Funai e Cimi, frente à atitude que a Itaipu tomaria e, naturalmente, uma forte apreensão por parte desta em relação aos desdobramentos que a iniciativa da ocupação poderia acarretar.

O que ocorreu foi um "retrocesso" nas posições das quatro variáveis envolvidas: Itaipu "permitiria" a presença dos índios no lugar e, de parte dos índios, houve aceitação da proposta de Itaipu de considerar o levantamento e o laudo como um primeiro passo ao qual se seguiriam outros dois, quais sejam, a procura de uma terra para assentamento da comunidade e o fechamento dos dois primeiros com a legalização definitiva da nova área. Conste que a expectativa dos índios, conforme havia sido tratado, era de que a presença do antropólogo já significaria o levantamento da situação e a busca de um terra.

Funai e CIMI, junto com os índios, aceitaram também o encaminhamento proposto pela Itaipu. Esse "recuo" de todas as partes contribuiu para que o trabalho de campo fosse realizado em clima de harmonia.

<sup>26</sup> A infra-estrutura oferecida pela Itaipu possibilitou que o trabalho se desse em condições totalmente favoráveis

## 14.2 - Impressões

Era, para o antropólogo, a primeira vez que entrava em contato com a comunidade do Oco'y. A primeira impressão, logo de chegada, após o encontro mencionado, sem o condicionamento da presença de brancos (mais do que o meu próprio) e falando em guarani, foi de que se tratava de um grupo majoritariamente e efetivamente Guarani-Ñandeva, com alguma presença de Guarani-Mbya e todos extremamente religiosos.

É importante esta consideração porque, principalmente por parte de Itaipu, havia idéias e dúvidas de que os de Oco'y "não eram índios", que estavam misturados, que havia gente vinda do Paraguai e outras.

Sobre suas impressões da reunião que recém havia terminado, era de que nada podiam responder ou opinar porque ainda tinha que rezar, pensar e depois opinar. Em discurso suave mas veemente, o ñanderu (sacerdote) João Palácio e o cacique Silvino Vaz indicaram que não seríamos apenas nós (índios, Itaipu, Funai, Cimi, antropólogo) os que resolveriam a questão, mas ñandejara, como deus supremo, deveria ser consultado para orientar o trabalho e a decisão.

Com efeito, o grupo rezou (ñembo'e) e dançou (jeroky) invariavelmente todas as noites durante a pesquisa. Utilizando-se de cantos e instrumentos (mbaraka e takuarusu) que diferenciam com precisão os Ñandeva dos Mbya, eram conduzidos por João Palácio (ñanderu) e por Silvino Vaz, cacique (mboruvicha) da comunidade que, nas rezas, desempenhou a função de "ajudante" (yvyratja) do sacerdote.

Afora as rezas e cantos cotidianos, os Guarani no Paraná Porã fazem caçadas (tatu, coati, capivara) diárias para conseguir carne – Funai e CIMI fazem o suprimento de arroz, feijão, óleo e sal. Logo no primeiro dia e em duas horas de caminhada com eles, caçaram um robusto tatu e deixaram escapar um gordo coati. Utilizam-se de arcos e flechas para caçar e todas as famílias ali instaladas possuem o seu "mondé" ou armadilhas para caça de pequenos animais no mato.

Durante essa caçada foram encontrados muitos indícios, não só de animais como, principalmente, de caçadores não indígenas que frequentam, à noite, com armas de fogo e vindos pela água, aqueles matos.

Afora as caçadas diárias e as rezas e danças, os índios estão um tanto ociosos na medida em que não podem se utilizar da terra para lavoura. Em conversas com eles e com funcionários da Funai, aventaram a possibilidade de que se encontrasse uma forma para que pudessem plantar em Oco'y para ajudar na sua manutenção no Paraná Porã.

Estão acampados provisoriamente em "casas" ou tendas construídas com armação de paus e cobertas de plásticos fornecidos pela Funai e pelo CIMI. São ao todo 14 casas e 14 famílias nucleares. Foi possível observar – e esse dado é importante – que na ocupação do espaço para a instalação das casas, mantiveram uma ordenação orientada pelas relações de parentesco de modo a que os parentes se mantêm próximos. Muitos já haviam construído girais para funcionamento de sua cozinha; outros fizeram paredes de pequenos troncos caídos de árvores. Conste, porém, que têm cumprido à risca a promessa de não derrubar árvores ou interceder no meio ambiente. Há muitos patos, galinhas e cachorros trazidos de Oco'y. Algumas famílias já estão criando, soltas, filhotes de capivara capturados ali no Paraná Porã.

De imediato se observa também uma quantidade notadamente superior de crianças (*mitã'i*) e de jovens em idade de casar (*mitã rusu*). São estes últimos os mais interessados na conquista de uma nova área já que em Oco'y as condições são pouco promissoras para os que pretendem, em breve, casar-se e constituir família, o que significa a necessidade de terras para plantio de roça e para novas habitações, o que não será possível no Oco'y.

Têm consciência de que o Paraná Porã é terra provisória e que tudo o que ali constroem também assume esse caráter – o que para eles não chega a ser uma novidade. Não há, assim, expectativas de terem aquelas terras como área de um *tekoha* definitivo. Apesar disso, declaram que não deverão abandonar o lugar se não se apresentar outra alternativa. Avaliam que há muita proximidade com a cidade e do branco.

Nas conversas com os líderes do grupo revela-se uma consciência de que houve mudanças na atitude da Itaipu, o que os tranquiliza, e consideram que há interesse da empresa em solucionar seu problema. O *ñanderu* (sacerdote) João Palácio, em voz baixa mas com veemência indignada, foi explícito ao informar que há anos estão gestionando para resolver a questão da terra e não conseguem e que agora vêem esperança. Foi também muito explícito ao reclamar da necessidade que tiveram, nesses

anos todos, de percorrer inúmeros lugares (Oco'y, Paso Kue, Jacutinga, Takuapynga'y, Mborevi, Guavirô'y, Guavirô) na medida em que o branco ia se aproximando. Na ocasião da chegada do antropólogo havia tensão frente à possibilidade de que a empresa pudesse realizar algum tipo de ação violenta para tirá-los dali. Temiam que a polícia pudesse vir para desalojá-los como tantas vezes já ocorreu com os guarani. A empresa contudo apresentou um comportamento que contrariou essas expectativas. Com a presença do pesquisador em campo acalmaram-se. Consideraram que isso indicava uma predisposição da Itaipu em dar encaminhamento de solução.

### 15 - Funai, Itaipu e os Guarani-Ñandeva do Jacutinga/Oco'y

A presença do indigenismo, oficialmente instituído, no Paraná, data do início do século com a criação do SPI (1910)<sup>(27)</sup>. Este nasce sob o "espírito" do indigenismo idealizado por Cândido Rondon, empapado pelas idéias de Comte e pela possibilidade de realizar, com os índios, o projeto positivista.

Esse "espírito", formulado em papéis e em discursos, nunca porém chegou a superar as travas impostas por interesses econômicos que falaram sempre mais alto – seja nos empreendimentos do Estado ou de empresas.

Agregue-se a isso o desinteresse e o desconhecimento sobre os índios por uma boa porcentagem dos agentes indigenistas<sup>(28)</sup>. Com isso, constata-se que os problemas das populações indígenas persistem por décadas e suas reivindicações permanecem.

O problema maior para os Guarani do Jacutinga/Oco'y (para manter a particularidade) parece residir no fato de que em momento algum se considerou a premissa de escutar os índios. A tônica no procedimento dos funcionários do SPI e da Funai, é a atitude de quem "sabe como resolver o problema". O método é o das "tentativas e erros", o que agrava o problema na medida em que os "erros" não são levados em conta, não são considerados em outras experiências e se reproduzem indefinidamente.

<sup>27</sup> A partir de 1928 há uma presença mais efetiva da União nos assuntos fundiários do estado do Paraná (Decreto No. 5 484, de 27.06.1928). As terras devolutas em domínio do estado passa à União, incluindo-se antigas aldeias indígenas transferidas das antigas Províncias. Portaria do SPI de 14.12.1929 cria a figura de um Delegado de Inspeção para cuidar dos índios compreendidos entre Laranjeiras e Foz do Iguaçu.

<sup>28</sup> Obviamente que há exceções: há funcionários extremamente dedicados ao trabalho com os índios e que se esforçam em efetivamente encaminhar soluções aos problemas que encontram.

Dentro dessa ótica, deve-se levar a solução aos índios, ensiná-los como se deve fazer, num esforço de descaracterizar as diferenças culturais e padronizar comportamentos face à própria visão do funcionário. Frente à tenaz resistência dos Guarani em submeter-se, os problemas se agravam.

Esse método no trabalho com os índios impede, por outro lado, que se amplie o conhecimento sobre os Guarani, conhecimento este capaz de minimizar os equívocos da intervenção.

No caso do Jacutinga/Oco'y, como dito, a intervenção da Funai foi desastrosa, acarretando uma sucessão interminável de equívocos que só agravaram as coisas. Os documentos demonstram uma permanente atitude de aplicar "soluções fáceis", "ligeiras" e mecânicas, como se o funcionário (considerando-se toda a hierarquia do órgão) tivesse o poder de controlar integralmente os processos e como se os índios fossem seguir suas orientações.

Os Grupos de Trabalho, em viagens de campo curtas e fugazes, procuram informantes desqualificados e apresentam uma realidade escamoteada, onde "tudo anda bem" e será "tudo será facilmente" resolvido. Funcionários superiores aceitam e decidem sobre esses dados e informações.

Os equívocos, desta forma, se multiplicaram, se subdividiram e criaram situações que não favorecem os tutelados mas sim interesses de terceiros, que pode ser um pasto, uma plantação de soja, uma estrada, uma rede de energia elétrica, uma tubulação de gás, ou uma usina hidroelétrica.

Em função da metodologia aplicada e da desqualificação, desinteresse e desconhecimento dos índios por parte de seus técnicos, as informações geradas e que surgem na documentação, pecam pela inconsistência e reforçam mitos do senso comum assim como equívocos – como nas orientações dadas à Itaipu. Neste sentido o documento sobre os "critérios de indianidade" é peça exemplar (v. Horst, 1981).

No caso aqui em pauta, o erro fundamental talvez tenha sido considerar os Guarani-Ñandeva como remanescentes, o que gerou uma série de procedimentos também equivocados.

A prática indigenista oficial tem acarretado problemas, apenas, para os índios. Aqui não se trata da Funai ou do SPI, que se constituem em braço de governo para a



realização da política de relacionamento com as populações indígenas no país. Tanto um quanto o outro têm sido instrumentos para uma prática que em momento algum foi positiva e favorável aos índios. Todo o movimento é de acabar com os índios.

No processo, foram sendo criadas situações que hoje em dia configuram um quadro jurídico ocidental, quase que irreversível e desfavorável, juridicamente, aos índios. A situação, nestes termos, reforça o discurso do jurista e impede ou continua a impedir só que desta feita a moda do "colarinho branco", que se resolvam problemas fundiários com os índios, descumprindo flagrantemente a lei.

A Itaipu Binacional, responsável pela implantação da usina, está umbilicalmente conectada ao problema dos Guaraní-Nandeva de Jacutinga/Oco'y. Mas, em todo o desenrolar do processo, participa apenas tangencialmente.

Na leitura dos documentos a empresa aparece envolta numa espécie de nebulosa onde fica claro o seu perfil, que a identifica, mas não sua face.

Formalmente esteve permanentemente numa posição de deixar-se conduzir pela Funai, apoiando e aceitando suas orientações sobre como proceder com os índios. Mas em nenhum momento demonstrou empenho efetivo para dar fim ao problema com uma solução concreta e sabidamente voltada para a questão fundiária. Em relação a Oco'y, vale considerar, a estreita faixa onde estão os índios faz parte da margem do lago, protegido pelo projeto ambiental levado a cabo pela empresa, o que significa dizer que na realidade os índios não ganharam terras mas apenas lhes foi permitido ocupar terras que ninguém ocuparia. O problema fundiário desses Guaraní não foi solucionado com as 253 ha de Oco'y.

Mas, a rigor, cabia à Itaipu a decisão final. O que estava efetivamente em jogo durante todo o tempo era a construção da usina, obra absolutamente prioritária do Estado brasileiro, e não poderia ser um grupo de índios que iria impedir que isso acontecesse. Esse é o cerne da questão, o que faz da Itaipu ator preponderante na execução de suas tarefas. Nestes termos, Funai e INCRA atuam juntas, nos anos 1970, para viabilizar, para o Estado, a construção da usina, e aparecem como executoras e conservadoras desse plano mais amplo. Isso, certamente, terá sido ponderado nas instâncias de governo hierarquicamente superiores às três instituições aqui em pauta.

Nestes termos, a responsabilidade pelo problema fundiário dos

10682 30071

Guarani-Nandeva de Oco'y, que não foi solucionado mas se agravou, não é da Itaipu Binacional, da Funai ou do INCRA isoladamente, mas de todos enquanto instituições do Estado brasileiro que participaram ativamente da desapropriação das terras Guarani.

Há indicadores consistentes, contudo, que demonstram atitude de respeito aos direitos dos índios e esforços para viabilizar a solução definitiva do problema por parte da Itaipu Binacional. Este relatório espera apresentar a fundamentação necessária para ações e medidas nessa linha.

"Não foram poucas as investidas dos governos Federal e do Paraná no sentido de promover o afastamento dos índios das terras que tradicionalmente ocupavam. Itaipu foi, portanto, mais uma dessas iniciativas" (Santos, 1994).

## 16 - Reivindicações dos índios

Por duas vezes durante a viagem de campo se tocou no tema do convênio a ser assinado entre Funai, governo do estado e Itaipu (v. Oliveira et. alli, 1994), que prevê assistência de saúde, programas de educação e agrícolas ao Oco'y.

Os índios informaram que o convênio deve ser levado à frente, bem como todas as suas propostas, e que eles participaram das discussões que embasaram sua montagem.

Mas a ênfase de suas reivindicações recaiu sobre o tema fundiário, cabendo importância secundária ao resto. Prioridade deve recair sobre a terra antes de qualquer coisa, e que ambulatório, saneamento, projetos agrícolas, construções de galpões e outras, devem assumir um papel secundário frente à problemática da terra.

Terra disponível em Oco'y não é suficiente, é muito pequena ("mixi eterel") e insuficiente para toda a população que vive ali. Afirmam ainda que as crianças estão nascendo e que dentro de pouco tempo necessitarão de mais terras. Além disso, insistem em que o mato que existe em Oco'y deve ser preservado e não derrubado, o que diminui ainda mais as áreas úteis ao plantio da área. Seu interesse está, sem dúvida, sobre a terra.

Pretendem uma área de 1500 ha. Sobre o surgimento dessa quantidade de terra não foi possível encontrar nenhum documento que justifique taxativamente esses 1500 ha.

É de se supor que tenha surgido em conversas com entidades que assessoram a comunidade que os índios encamparam sem ter muita certeza a respeito do que efetivamente significam 1500 ha.

Mas esta quantidade de hectare não está distante da dimensão das comunidades Guaraní de outros lugares, no Brasil ou no Paraguai. Sempre que se dá a oportunidade de definirem qual a área necessária à vida de um *seko*, as famílias Guaraní indicam acidentes geográficos que delimitam a área desejada. Esta, por sua vez, raramente é inferior a 800 ha ou superior a 1.800 como já vimos em outro momento deste trabalho.

Além disso, deve-se considerar que o *seko* de Jacutinga ocupava terras ao longo do Rio Paraná, entre o Jacutinga, o Oco'y, o Guavirô'y, o Guavirô, o Passo Kue, o Bela Vista, o que, certamente, superaria os 1500 ha propostos pelo índio. Considerando-se, além disso, o crescimento vegetativo da população do Oco'y atual (em 10 anos a população Guaraní-Nandeva no Paraguai cresceu, como será visto, 53%), parece razoável que se destinem 1500 ha. ao grupo de Oco'y.

De qualquer modo, a escolha de uma terra para esses índios deve ser feita junto com eles, através de extensas discussões para se saber com alguma precisão quais são efetivamente suas aspirações, saber o que guardam atrás do discurso objetivado e se estão convencidos de que a área escolhida é de fato a que querem. Devem, neste sentido, ser questionados de todas as formas, acompanhados integralmente nessa escolha cabendo a eles a decisão final sobre a terra. Deve-se assim utilizar o tempo que for necessário para se chegar a essa definição e saber com precisão o que querem. Esta é a única forma de concretizar a solução do problema e evitar que em pouco tempo voltem as reivindicações.

### 16.1 - Propostas de áreas

Pode-se dizer que os Guaraní-Nandeva do Oco'y aceitariam assentar-se em "qualquer" área uma vez que esteja dentro do que consideram ser seu território: entre as cidades de Foz do Iguaçu, Guaira e Toledo. Suas exigências são de que tenha mato, água e seja distante de brancos o mais possível.

Apesar da reivindicação de que as 1500 ha. pleiteadas tenham mato, isto não deverá ser um obstáculo intransponível. Durante a viagem a campo o tema foi bastante discutido e revelou que os Nandeva estariam dispostos a aceitar uma área que tenha potencial para ser reflorestada e onde se possa criar animais silvestres.

Detentores de uma visão que não é imediatista e preocupados principalmente com as gerações futuras, os Guaraní encaram com bons olhos o fato de ser possível a recuperação de suas florestas com reflorestamentos. A experiência que os Guaraní de Oco'y estão vivendo no Paraná Porã tem sido ilustrativa e demonstrado que podem conviver com essa situação ambiental.

Essa alternativa amplia consideravelmente o leque de áreas possíveis para esses Guaraní e deverá facilitar enormemente a escolha de terras, tendo em vista as dificuldades de se conseguir áreas com matas, apesar de que existem como se verá abaixo.

Paraguai. Frente à possibilidade de que se ofereça uma terra para os Guaraní do Oco'y no Paraguai, foram enfáticos em seu posicionamento de não cruzar o Rio Paraná.

Argumentam que alguns não se acostuariam mas que principalmente não querem atrapalhar seus parentes do outro lado do rio. Alguns chegaram a afirmar que se forem obrigados irão, mas voltarão, o que deve ser levado em conta dadas as experiências anteriores. Entendem que se há disponibilidade de terras da Itaipu no Paraguai, estas devem ser destinadas aos Guaraní-Nandeva de lá pois necessitam delas.

De fato, as áreas ou tekoha Guaraní-Nandeva no Paraguai são aproximadamente 35 (cf. Chase Sardi et alli, 1990), com uma população de perto de 6 918 indivíduos (Censo Nacional de Población y Viviendas. Año 1992, Asuncion, 1994, pg. 828) - comparado ao censo de 1981 que apontava 4.500, a população Nandeva teria crescido 53,73%.

Pode-se dizer, de outro lado, que o problema fundiário dos Nandeva com a Itaipu Binacional paraguaita não está, solucionado.

A represa atingiu 234 famílias (1400 pessoas) que pertenciam as comunidades de Puerto Marangatu (36 famílias), Carapá (30), Puerto Adela (40), Puerto Sauce (57), General Diaz (30), Km 20 cerca de Hernandarias (13), y Kintó (40). Quando da:

inundação havia a intenção formal da empresa em reassentar essas famílias, num projeto que previa a aquisição de Kirito (1012 ha), Colonia Jukyry (2000 ha), Colonia Itabó (1300 ha) e Colonia Limoy (1000 ha). O projeto previa ainda o traslado, acompanhamento social, alimentação para que reestruturassem sua economia, orientação técnica em programa agrícola, fornecimento de ferramentas e insumos durante 12 meses (Cf. Gaska, 1995).

"Quando a Itaipu decidiu adquirir as frações de terra, indicou que só manteria relação com o INDI (Instituto Nacional del Indígena) para encaminhamento da proposta. O INDI nesse momento não gozava de boa reputação, não tinha equipe técnica nem a motivação necessária para acompanhar o processo de reassentamento. Na realidade, a Itaipu se limitou a adquirir duas áreas: uma de 1.000 ha em Ko'eju, perto de Jukyry, e outra, também de 1.000 ha em Itabó e se desentendeu do restante." (Gaska, 1995: 16 a 18).

Pode-se dizer, então, que o problema no Paraguai entre Itaipu e os indígenas não está resolvido e que seria um "non sense" pretender solucionar o problema dos índios no Brasil com terras paraguaias.

**Ilhas** - A proposta de que ocupem ilhas dentro do lago de Itaipu não deverá ser aceita pelos índios.

**Santa Helena** - Refúgio biológico da Itaipu. Área de 1.600 ha com quase a totalidade reflorestada. Localizada numa península poderia ser uma alternativa. Os índios não conhecem bem a área mas estiveram nas proximidades e teriam interesse em visitá-la para avaliar se aceitariam estabelecer ali seu tekoha.

**Terra Roxa** - Fazenda às margens do Rio Piquiri, próximo à cidade de Terra Roxa. São aproximadamente 2.200 ha, constituídos de 500 de mata nativa e o restante de área mecanizada e boa para a agricultura e gado. Seria o caso de aquisição por compra. Os Guarani visitaram as proximidades dessa fazenda e se entusiasmaram com o mato e o rio. Deve ser visitada e entrar na lista de opções.

**Ampliação de Oco'y** - Índios não acreditam nessa possibilidade. Colonos alemães ao redor da área estão absolutamente enraizados e não venderiam ou fariam qualquer tipo de negócio com sua terra. Além disso se trata de terra que somente com produtos químicos pode funcionar - o que a rigor poderia se superar com o tempo. Parece difícil essa alternativa.

**Paraná Porã** - Como dito, dada a proximidade com a cidade, não há grande interesse dos índios em ficar ali definitivamente.

**Compra de terra** - Deve-se considerar seriamente a hipótese de compra de uma área para assentamento dos Guarani. Aliada à possibilidade de reflorestamento, essa alternativa amplia consideravelmente a perspectiva de escolha de uma terra para os Guarani.

## **17 - Conclusões e Recomendações**

**Objetivos** - Este laudo tem por objetivo orientar as decisões da Itaipu Binacional no Brasil, a respeito da comunidade Guarani-Nandeva de Oco'y. O informe pretendeu, desta forma, responder às principais dúvidas e questões sobre os índios, o que tem dificultado a tomada de decisão para o encaminhamento de soluções efetivas. Espera ter alcançado esses objetivos e que o problema possa ser solucionado.

**Orientação** - Seria recomendável que a Itaipu pudesse contar com um especialista que, dentro de um programa de trabalho com começo, meio e fim, pudesse assessorar a empresa no relacionamento com a comunidade de Oco'y até que estejam integralmente sob a responsabilidade da Funai. Chama a atenção o fato de que a Itaipu tem especialistas para cuidar da fauna, da flora, do meio ambiente e até criou um museu ecológico. A população indígena em sua área de influência contudo, tem sido tratada sem critério nem metodologia apropriadas, e tem sido consideravelmente prejudicada.

**Índios** - Não há qualquer dúvida sobre a condição de índios Guarani do grupo humano que habita o Posto Indígena da Funai de Oco'y. A observação pode parecer despropositada. Ainda hoje, contudo, é possível encontrar o pensamento, iluminado pelo

senso comum, de que "não são índios" ou de que "são remanescentes de índios". Pesquisas científicas das áreas da Arqueologia, da História, da Etnohistória e da Antropologia Social demonstram e identificam, nítida e cabalmente, traços culturais encontrados entre os Guarani do Oco'y de hoje e os Guarani de épocas pré colombianas.

**Guarani-Ñandeva** - Dentro da etnia Guarani, que no Brasil é representada pelos subgrupos Kaiowa, Mbya e Ñandeva, a língua e ancestrais míticos comuns, assim como um "modo de ser" (teko) próprio, dão a especificidade étnica desse povo. O grupo do Oco'y, dado sua língua, cultura material, cantos e rezas, se incluem entre os Guarani-Ñandeva. Há, vivendo há décadas com os Ñandeva do Oco'y, famílias Mbya que pertencem a esse tekoha.

**Um só grupo** - Evidências arqueológicas revelam que há pelo menos 1.500 anos povos Guarani ocupam áreas no litoral Atlântico e margens dos Rios Paraguai, Miranda, Tietê, Uruguai, Jacui, Paraná e afluentes. Especificamente em relação à comunidade de Oco'y, dados consistentes informam que é formada por famílias cujos ascendentes ocupam as bacias dos Rios Piquiri, Iguaçu e Paraná pelo menos a partir do final do século passado. Pode-se identificar, através de suas relações de parentesco e por relatos de história do grupo ou de vidas individuais, que se trata do mesmo grupo, com seus descendentes, encontrado em 1973 com a chegada do INCRA, em 1982 com o advento da hidroelétrica e em 1995, com este levantamento.

**Jacutinga** - Originária de áreas próximas à atual cidade de Foz do Iguaçu, a comunidade (tekoha) de Oco'y de hoje foi obrigada a transladar-se, a partir dos anos 1930, em função das pressões da colonização. Nos anos 1970 o grupo ocupava terras entre os Rios e nachos de Jacutinga, Oco'y, Bela Vista, Guavirô, Guavirô'y e Passo Cue. Nos anos 1980, com a intensa colonização a partir de 1973, a comunidade ocupava uma área compreendida entre os rios Oco'y e Jacutinga - este último dava o nome ao tekolia (comunidade).

**População no Jacutinga** - Em 1975 essa comunidade era composta por um número

aproximado de 210 a 378 pessoas, considerando-se a existência, então, de 5 ou 9 *ogajekmta*, as tradicionais "casas grandes" Guarani, ocupada, cada uma, por por 6 ou 7 famílias nucleares. Os documentos dos anos 1970 e 1980 trabalham com dados equivocados quando consideram haver apenas 11 famílias. O despreparo técnico de funcionários teria impedido de detectar o restante do grupo, fortemente ligado por laços de parentesco como revela o levantamento atual.

**População atual** - Atualmente a população que se considera pertencente ao *tekoha* de Oco'y está dividida entre as áreas de Oco'y (50 famílias nucleares); Paraná Porã (14); Rio das Cobras e outras áreas do estado do Paraná (15 a 20); áreas indígenas no Paraguai e fazendas da região (15 a 20). Pode-se falar num total que supera 100 famílias nucleares.

**Crescimento vegetativo** - O crescimento vegetativo, o baixo índice de mortalidade infantil verificado nos últimos anos, os casamentos futuros dos inúmeros jovens que compõem a comunidade de Oco'y, assim como o grande número de crianças que se tornarão adultos nos próximos anos, levam à conclusão que estes Guarani apresentam um crescimento natural, isto é, sem variáveis externas, como migrações ou outras, que influam na projeção demográfica. No Paraguai há dados que demonstram que em 10 anos a população Guarani-Ñandeva naquele país cresceu 53,73%.

**Responsabilidade da comunidade** - A análise da organização social revelou ser possível distinguir as famílias que efetivamente pertencem à comunidade. Tendo em vista as rígidas regras de relacionamento de parentesco que regulam a população de um *tekoha* Guarani, é de se esperar que o aumento populacional não deverá ocorrer fora dos parâmetros dessas regras. Além disso, o equilíbrio populacional de um comunidade indígena deve ser de responsabilidade dos próprios índios. O que se observa em áreas Guarani do Mato Grosso do Sul ou do Paraguai, onde não há interferência de não indígenas, é que este controle existe e dá coerência à organização social Guarani permitindo o equilíbrio entre área disponível e população.

**Migrações** - A última migração Ñandeva comprovadamente foi registrada no final do



século passado e dirigiu-se para o litoral paulista. Os Nandeva não mais realizam migrações, prática que se limita, hoje em dia, apenas aos Guarani-Mbya que o fazem dentro de pautas culturais específicas que diferem substancialmente dos padrões Guarani Nandeva. Este é um dos vários mitos que o senso comum criou sobre esses indígenas. Assim como esta, outras idéias equivocadas, como por exemplo o de considerar os Guarani como nômades, não guardam qualquer conexão com a realidade. Da mesma forma, como demonstra o relatório, os Guarani-Nandeva fazem parte de uma ampla sociedade, a Guarani, e não devem ser considerados como remanescentes.

**Equívocos** - A pesquisa revelou uma profusão de equívocos do Estado brasileiro e do Estado paraguaio, junto a populações Guarani na implantação da hidroelétrica. No caso brasileiro, o procedimento e a metodologia levada a cabo pelo organismo responsável pela política indigenista do país realizou diagnósticos errados, acarretando orientações equivocadas a entidades de governo como o INCRA e a Itaipu Binacional, responsáveis por outras iniciativas públicas. A sucessão de equívocos dos últimos vinte anos construiu o problema que perdura até os dias de hoje, como é o caso da extensão territorial de Oco'y

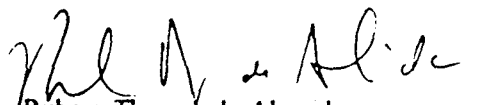
**Espaço exíguo** - Pode-se afirmar, com segurança total, que a área indígena de Oco'y, por sua diminuta extensão territorial e características ambientais, não apresenta condições suficientes para que a comunidade que ali habita possa ter um desenvolvimento minimamente condizente para sua reprodução social e cultural.

**1.500 ha** - O conhecimento acumulado sobre os Guarani e os resultados do estudo em pauta, denotam, com absoluta clareza, a premente necessidade de uma área que não deve ser inferior aos 1.500 ha. para que possam se desenvolver enquanto comunidade (tekoha) Guarani. Para esta constatação também foi levada em conta a média das áreas Guarani no Paraguai e no Mato Grosso do Sul. Esse número representa uma demanda antiga da comunidade de Oco'y e tem sido questionado tanto por Funai como por Itaipu. Na realidade essa dúvida surge por se acreditar ser este um número aleatório, não oriundo do próprio grupo e sim de origem alheia à comunidade. O estudo revelou, contudo, que se trata de uma dimensão compatível com o número de famílias que pertencem a comunidade

**Existe um lugar...** - Contrariando outro mito criado ao longo das últimas duas décadas, é possível encontrar uma área com tais dimensões entre as cidades de Foz do Iguaçu, Toledo e Guaira, conforme alegam os próprios índios. Eles não descartam a possibilidade de reflorestar terras desprovidas de matas – sua aspiração máxima – e reivindicam terras que apresentem condições de reprodução e desenvolvimento da vida social, econômica, política e religiosa do grupo. Trata-se, portanto, de problema solucionável uma vez que sejam tomadas decisões acertadas – e céleres, para que não se amplie.

**Alternativas** - Numa avaliação preliminar verificou-se a existência de pelo menos seis alternativas possíveis de áreas onde o grupo em pauta poderia ser assentado. O relatório comenta tangencialmente essas alternativas uma vez que por orientação da Itaipu, e com a qual os índios concordaram, prevê-se um segundo passo onde essa questão será rigorosamente aprofundada, para triar a alternativa mais indicada segundo as aspirações do grupo indígena.

**Definitivo e urgente** - Este estudo, ao demonstrar a condição de índios Guarani da população de Oco'y e os equívocos cometidos durante os últimos 20 anos, torna integralmente irrefutável o direito dos índios à terra nos termos referidos. Tendo em vista que as filigranas jurídicas e seus morosos desdobramentos poderiam gerar processos infundáveis, uma decisão político/administrativa e que contemple as condições que o estudo recomenda para a solução do problema, parece ser o melhor encaminhamento a ser adotado. O cumprimento, nesses termos, dessa reivindicação, constitucionalmente garantida aos índios, deve ser considerado como definitivo e urgente.

  
Rubem Thomaz de Almeida

  
Assistente: João Marçal Bode de Moraes

Rio de Janeiro, 14 de Outubro de 1995

10682 3016

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, R. T.- **Relatório Sobre a Situação dos Guarani Mbya do Rio Grande do Sul: a Questão das Terras**, Funai, BRASILIA, 1985.
  
- Almeida, R. T.- **Cadernos de Campo**, 1985.
  
- Almeida, R. T.- **"Plano de trabalho indigenista para a etnia guarani no Brasil: segunda versão"**, Funai, Gabinete da Presidência, Brasília, 25 pp., 1985.
  
- Almeida, R. T.- **Projeto Kalowa-Nandeava: uma experiência de etnodesenvolvimento junto aos guarani-kalowa e guarani-nandeava contemporâneos do Mato Grosso do Sul**, 2 vol., tese de Mestrado, PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, Ri de Janeiro, 1991.
  
- Baldus, Herbert.- **"Ligeiras notas sobre duas tribus tupis da margem paraguaya do Alto Paraná (Guayaki e Chiripá)"** in Revista do Museu Paulista, Tomo XX, pp 749-756, São Paulo, 1936.
  
- Bartolome, Miguel Alberto.- **Entre los Ava-Katu-Etc**, Instituto Indigenista Interamericano, Serie Antropologia Social, 17, 153p, México, 1977.
  
- Blasi, Oldemar.- **"As ruínas de Villa Rica do Espírito Santo na antiga Provincia do Guairá"**, in Anais do II Simpósio Nacional de Estudos Missionários, Sta. Rosa, 1977.
  
- Cadogan, Leon.- **"Como Interpretan los Chiripa ( a Guarani) La Danza Ritual"**, Museo Etnografico "Andrés Barbero", 39p., Asunción, 1959.
  
- Cadogan, Leon.- **"Los indios Jeguaká Tenondé (mbya) del Guairá, Paraguay"** in América Indígena, Vol. VIII, No. 2, 1958.
  
- Cardoso, Ramon I.- **La Antigua Provincia de Guairá y la Villa Rica del Espíritu**

10682· 30171

**Santo, Centro Guaireño de Asunción, 123 pp., Asunción, 1969.**

- **Carvalho, E. A.- Ava-Guarani do Ocoí Jacutinga, parecer para a Associação Brasileira de Antropologia, 14 pp, CIMI, Foz do Iguaçu, 1981.**

- **Castro, Mauro.- Relatório Encontro de Dourados, MS, jan/fev. 1979, mimeo.**

- **Chase-Sardi, M.- La Situación Actual de los Indígenas del Paraguay, Centro de Estudios Antropológicos, Universidad Católica, 114 pp., Asunción, 1972.**

- **Chase-Sardi, M; Brun, A; Enciso, M.A.- Situación Sociocultural, Económica, Jurídico-Política Actual de las Comunidades Indígenas en Paraguay, CIDSEP, 494 p, Asunción, 1990.**

- Documento de 04.09.1914.- **Offício No. 237, Inspetoria do SPI, Curitiba, dirigido ao Secretário de Obras Públicas e Colonização, in Microfilme No. 069, Museu do Índio, RJ.**

- Documento de 31.12.1926.- **Diversos Serviços Attendidos pela Inspetoria durante o Anno de 1926, Inspetoria do SPI, Curitiba.**

- Documento de 26.04.1982.- **Ata de Reunião - FUNAI, Ministério do Interior, INCRA, Índios do Ocoí e Itaipu Binacional, 26/04/82.**

- Documento de 25.10.1984.- **Memo 163/84, FUNAI - 4a. Delegacia Regional, Posto Rio das Cobras, Paraná.**

- **Gadelha, Regina M. D. F.- As Missões Jesuíticas do Itatim, Paz e Terra, RJ, 342 pp, 1980a**

- **Gadelha, Regina M. D. F.- "A Presença dos Jesuítas no Guairá" in A População Missioneira, Anais do IV Simpósio Nacional de Estudos Missionários, pp. 80-90, Santa**

10682 30181

Rosa, 1981.

- Gaska, Enrique.- "Del canto al llanto, situación de las comunidades indígenas afectadas por la represa de Itaipu", in Acción, No. 157, Septiembre, 1995, CEPAG, Asunción, pp. 16-19.

- Geertz, Clifford.- *A Interpretação das Culturas*, Zahar Ed., 323 pp., RJ, 1978.

- Graça, Bruno Castro da.- *Relatório Comunidade Indígena ava-guarani às Margens do Rio Jacutinga*, Itaipu Binacional, Chefia da AES/IB/BR, 4pp., Foz do Iguaçu, 10 03 1982.

- Grünberg, G.- *Dos Modelos de Economía Rural en el Paraguay: Paĩ-Tavyterĩ y Koygua*, in Estudios Paraguayos, Vol. III, No. 1, pp. 31-39, U.C.A., Asunción, 1975.

- Helm, Cecilia Maria Vieira.- "Grandes Projetos Hidrelétricos e os Povos Indígenas, Kalingangue e Guaraní, no estado do Paraná, Brasil" 48º Congresso Internacional de Americanistas, Simposio: Povos Indígenas e Barragens: Impactos Ambientais e Sociais, Estocolmo, Suécia, julho 4-9-1994

- Horst, Célio.- *Relatório de Viagem*, ITE No 023/81-AESP in Processo Funai/BSB/1053/76, 03 06 1981.

- Informação No 20/DID/DPI/84, Ref. Memo No 496/4a DR/84, Lopez de Ibañez, Olga C Assunto: Relatório de Ocorrência Ocof, 2p., Funai, Brasília, 25 10 1984

- Informação No 01/84, Funai, 4a DR, PI Rio das Cobras, 07/12/1984

- Ladeira, M. I.- "Aldelas Livres Guaraní do Litoral de São Paulo e da Periferia da Capital" in Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração, vários autores, Yankatu, CPI-SP, 1984

10682 30191

- Lima, Otavio Ferreira.- Presidente da Funai, Carta ao Diretor Geral da Itaipu, 2p., protocolo de entrada 18.09.1981.
- Lopes, S. C.; Kaniak, W. L.- Subgrupo de Trabalho "XV", Situação Atual das Áreas Colônia Guaraní e PIC-OCOL, Relatório Final, Portaria No. 162/P, Funai/ML, Foz do Iguaçu, 19.04.1977
- Manuscrito da Coleção De Angelis (MCA).- "Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)", Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, 506 pp., 1951.
- Meliá, B.- "El 'modo de ser' Guaraní en la primera documentación jesuítica (1594-639)" in Revista de Antropología, vol. 24, No. 8, Asunción, 1974.
- Meliá, Grünberg y Grünberg.- Los Pai-Tavyterá, etnografía del Paraguay contemporáneo, CEAUC, Asunción, 1976.
- Meliá, B.- "La demografía del Tape: una evaluación" in IV Simpósio Nacional de Estudos Missionários, Sta. Rosa, RS, pp. 45/57, 1981.
- Meliá, B.; Saul, M.V.A.; Muraro, V.F.- O Guaraní, uma bibliografia etnológica, FUNDAMES, Santo Angelo, 341 pp., 1987.
- Meliá, B.- "La Tierra-Sin-Mal de Los Guaraní: Economía y Profecía" in América Indígena, vol. XLIX, núm. 3, julio-septiembre, 1989.
- Moeder y Bolsi.- La población de las misiones guaraní entre 1702- 1767, in Estudios Paraguayos, Vol. 2, No. 8, Asunción, 1974.
- Metraux, A.- A Religião dos Tupinambá, Brasiliense, 1979.

- Montoya, A.R.- **Gramática y Diccionario de la Lengua Tupi o Guaraní**, Viena/Paris, 1876.
  
- Oliveira, Cornélio Vieira de; Battistelli, Edivio; Canali, Gilberto Valente; Zarete, Rodolfo Gonzales.- **Relatório do Grupo de Trabalho - FUNAI - ITAIPU BINACIONAL**, Protocolo de Intenções, 20 de maio de 1994 - Processo FUNAI/BSB No. 0178/94, Foz do Iguaçu, 20 de julho de 1994.
  
- Oliveira, Ismarth A.- **Portaria No. 162/P**, Brasília, 23.03.1967.
  
- Paula, J. M.- **Offício No. 35**, SPI, Curitiba, 02.1912.
  
- Ribeiro, Pedro Augusto Mentz.- **"O Tupiguarani e o Tupi-Guarani no Sul do Brasil e a redução Jesuítica de Jesus Maria"** in: **As reduções na época dos 7 povos - Anais do III Simpósio Nacional de Estudos Missioneros**, Santa Rosa, 1979.
  
- Saint-Hilaire, A.- **Vlágem ao Rio Grande do Sul**, Edusp, 1974.
  
- Santos, Silvio C. et all.- **Informe sobre os índios avá-guarani da AI Ocoí, realocizados pela UH Itaipu**, 02.1994.
  
- Schaden, E.- **"A religião guarani e o cristianismo"** in **IV Simpósio Nacional de Estudos Missioneros**, Sta. Rosa, p. 13/37, 1981.
  
- Schaden, E.- **Aspectos Fundamentais da Cultura Guaraní**, Edusp, 3a. Edição, 1974
  
- Schaden, E.- **Notas in Nimuendaju, apontamentos sobre os guarani**, in **Revista do Museu Paulista**, vol. VIII, Separata, 1954.
  
- Schmitz, I.- **"Os primitivos habitantes do Rio Grande do Sul"**, in **Anais do II**

Simpósio Nacional de Estudos Missionários, Porto Alegre, 1978.

- Schmitz, I.- "O guarani do Rio Grande do Sul: a colonização do mato e as frentes de expansão, in Anais do III Simpósio Nacional de Estudos Missionários, Sta. Rosa, p. 55/73, 1979.

- Schmitz, I.- "Paradelros Guaranis em Osório (Rio Grande do Sul)", Pesquisas, Separata, 2, Porto Alegre, 1958.

- SPI.- "Exposição sobre as reservas das terras pedidas por esta Inspeção para os índios deste Estado ao Governo do Paraná", em diversas datas, Curitiba, Museu do Índio, Micro Filme, 05.1925.

- SPI.- "Relatório apresentado ao Sr. Paulino de Almeida chefe da 7a. Inspeção Regional do S.P.L., por Deocleciano de Souza Nenê, Inspetor do S.P.L., relativo as visitas aos Postos Indígena de Rio das Cobras, e ao Toldo de Índios de Marrecas, todos no município de Guarapuava. Neste Estado", Curitiba, 28.12.1942.

- Susnik, B.- Los aborígenes del Paraguay, II, Museu Etnográfico Andrés Barbero, Asunción, 1979/1980.

- Susnik, B - "Dispersión Tupi-Guaraní Prehistórica: Ensayo Analítico", Museu Etnográfico "Andrés Barbero", Asunción - Paraguay, 171 pp.

- Vicente, Antonio.- Chefe do PI Rio das Cobras, Relatório de viagem a Oco'y, Memo 163/84, 4a Delegacia Regional, Funas/Minter, 15p, protocolo de entrada No 992, Curitiba, 26 09 1984